

convergência

MAR — 1978 — ANO XI — Nº 110



• EM BUSCA DE UMA LITURGIA POPULAR
Pe. Valdeli Carvalho da Costa, SJ — página 73

• EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS E CATEQUESE
Irmã Vilma Moreira da Silva, FI — página 89

• UMA IGREJA QUE LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima,

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
(ZC-06) — 20.000 RIO DE JANEIRO —
RJ.

Assinaturas para 1977:

Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea)..... Cr\$ 200,00
Exterior: marítima..... US\$ 17,00
aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 20,00

Os artigos assinados são da respon-
sabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética
Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20.000
Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora
VOZES Ltda., rua Frei Luis, 100 —
25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Estilização de uma BIRUTA, instrumen-
to técnico que indica o movimento
direcional dos ventos nos aeroportos.
Um SÍMBOLO, um COMPROMISSO,
um APELO para **CONVERGÊNCIA**.
SÍMBOLO do que não pode ser: volúvel,
inconstante, sem rumo. Quem varia
com os ventos é leve demais para as
responsabilidades da Vida Religiosa.
COMPROMISSO de fidelidade ao que
sempre tem procurado ser: sensível ao
Espírito, aberta ao que transcende.

APELO: combate à indecisão. Fé diante
das perspectivas que estão se cons-
truindo. Agir com o pé no futuro pois os
caminhos se abrem quando cada um se
põe a caminhar. Pela força e clareza das
idéias que veicula, **CONVERGÊNCIA**
quer ser um exercício mensal de es-
perança na Vida Religiosa renovada.

Registro na Divisão de Censura de
Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº
1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

INFORME DA CRB	67
XV DIA MUNDIAL DE ORAÇÃO PELAS VOCAÇÕES	71
UMA LITURGIA POPULAR Pe. Valdeli Carvalho da Costa, SJ	73
CERNE-1 E CERNE-2 Pe. Jaime Sullivan, OMI	86
EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS E CATEQUESE, Irmã Vilma Moreira da Silva, FI	89
LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS Pe. Hubert Lepargneur, MI	105
ENFERMAGEM E EVANGELHO Irmã Maria Alice Bernard Robbe	116

EDITORIAL

A Evangelização no presente e no futuro da América Latina é o tema da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, a realizar-se em Puebla (México) de 12 a 28 de outubro de 1978. No Brasil o tema deste acontecimento eclesial está recebendo sério tratamento através das Dioceses e dos Regionais da CNBB, a partir duma ampla consulta às bases, tendo como ponto de referência o documento de consulta às Conferências Episcopais elaborado pelo CELAM.

Em relação ao magno acontecimento da Igreja do nosso Continente, **CONVERGÊNCIA**, para despertar e motivar os Religiosos e as Religiosas do Brasil, abordará no decorrer deste ano o tema: **NOSSA IGREJA LATINO-AMERICANA**, à semelhança como o fez com os precedentes Sínodos Mundiais de Bispos, de 1974 e 1977. Com este objetivo visa enfocar, em suas sucessivas edições, aspectos marcantes da Igreja do Brasil e da América Latina.

Deste modo, queremos colocar à disposição dos Religiosos do Brasil um acervo de material sobre este assunto, para uma formação mais profunda e para desencadear um processo de re-

flexão coletiva sobre o hoje da evangelização em prospecção dinâmica rumo ao ano 2.000.

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano é de importância capital para os 165.000 religiosos e religiosas da América Latina, que nesta Igreja, de configurações "densas e complexas", tem a responsabilidade de quase 80% da Pastoral direta. Os mesmos, pela Vida Consagrada, constituem uma singular expressão na Igreja da função profética de Cristo, com o anúncio e o testemunho. Pelo fato de existir uma comunidade religiosa autêntica que reza, que vive em comunhão e que atua apostolicamente é uma proclamação palpável do Reino de Deus. É um evidente convite à conversão e à fé. O sentido da Vida Consagrada recebe reforço desde que parta ou se inspira no seio da Igreja, Povo de Deus.

A Vida Religiosa, por definição, é radical seguimento de Cristo, uma maneira específica de ser e realizar a Igreja. É dotada da vocação privilegiada de transformar o Mundo conforme o espírito das bem-aventuranças (L.G. 31). Neste sentido a III Conferência é um acontecimento de esperança, para que a mesma traga nova luz para iluminar

o caminho dos religiosos que procuram inquietamente viver sua consagração de absoluta fidelidade ao Pai e aos irmãos.

Leia neste número de **CONVERGÊNCIA**, mensagem preparatória do **Cardeal Gabriel Marie Garrone** ao XV Dia Mundial de Oração pela Vocações, dirigida aos Presidentes das Conferências Episcopais, aos Presidentes das Conferências de Religiosos e aos Diretores e Diretoras dos Institutos Religiosos Seculares, a fim de fornecerem, em tempo, indicações oportunas às instituições e às pessoas para a celebração deste dia. Estabelece a finalidade da Jornada Mundial: ser para toda a comunidade cristã um tempo de reflexão e aprofundamento sobre a vocação e de fervorosa oração por todas as vocações.

Pe. Valdeli Carvalho da Costa, SJ, tece uma reflexão sobre a situação litúrgica a nível popular, em dimensões latino-americanas, em situação de Brasil, levando em conta o homem brasileiro em suas regiões culturais. Discorre sobre as experiências inovadoras e as precauções a serem tomadas no processo de adaptação.

Pe. Jaime Sullivan, OMI, integrante do Executivo Nacional da CRB e Diretor do CETESP, apresenta um relatório do acompanhamento dos dois cursos do Centro de Renovação Espiritual (CERNE I e II), realizados no segundo semestre de 1977. Fala

dos objetivos destes Cursos de Formação Permanente, promovidos pela CRB Nacional. Delinha a temática apresentada. Narra os resultados positivos alcançados pelo depoimento pessoal dos participantes do CERNE I e II.

Em continuidade dos temas de **CONVERGÊNCIA** de 1977, referentes ao Sínodo dos Bispos, **Ir. Wilma Moreira da Silva, F.I.**, membro da Equipe de Reflexão Teológica da CRB, aborda o assunto dos Exercícios Espirituais e Catequese. O objetivo deste trabalho é mostrar a relação entre Catequese e os Exercícios de Santo Inácio, tal como se entende hoje.

Pe. Hubert Lepargneur, MI, reúne uma série de reflexões, sobre a luta da Igreja pelos Direitos Humanos.

Finalmente, **Ir. Maria Alice Bernard Robbe**, completa o conteúdo deste número, com uma exposição que interessa ao numeroso grupo de religiosas dedicadas à área da Saúde, abordando o tema da Enfermagem sob quatro ângulos: à luz do Evangelho e da Igreja; frente a evolução como processo e status profissional; frente a realidade brasileira e a Escola da Enfermagem no Brasil.

Na esperança de que estes textos lhe tenham proporcionado algum bem, **CONVERGÊNCIA** quer permanecer a seu serviço.

P. Celso Sehn, MSF

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL VOCACIONAL

Na raiz das questões vocacionais está latente uma melhor compreensão da missão e das estruturas eclesiais

Realizou-se em Brasília de 27 a 29 de janeiro de 1978 mais um Encontro Nacional — Promotores Vocacionais, previsto no 4º Plano Bienal de Atividades da CNBB. Tais encontros realizam-se periodicamente, de 2 em 2 anos e têm por objetivo rever, avaliar e atualizar as principais orientações, em plano nacional, no que diz respeito à Pastoral Vocacional. Este nível de encontro visa principalmente atingir os Regionais, tanto da CNBB quanto da CRB, através de representantes qualificados. Estes, por sua vez, de acordo com realidades bem diferenciadas e em consonância com os planos de ação das dioceses, procuram dinamizar a pastoral vocacional, de acordo com as possibilidades de cada região.

Nos três dias de trabalho deste encontro os 17 participantes de 9 Regionais tiveram oportunidade de colocar em comum suas experiências, a realidade da Pastoral Vocacional e refletir a respeito das orientações básicas para as suas áreas de trabalho.

Pelos relatórios apresentados pôde-se observar alguns destaques fundamentais da realidade:

◆ Crescimento de clima para Pastoral Vocacional, entendida em sentido amplo e estrito, isto é, profundo trabalho para criar condições de revitalização das comunidades eclesiais, ao mesmo tempo que esforço pedagógico para encaminhar pessoas a assumirem vocações específicas (ministérios, presbitérios, vida religiosa.)

◆ Integração de esforços na pastoral vocacional, tendo em vista a unidade pedagógica entre o despertar da vocação humana e específica para ministérios, vida religiosa e presbiteral.

◆ Uma Imagem de Igreja, aberta aos problemas humanos e espirituais da realidade local e regional, que se traduz como estímulo positivo, sobretudo para a juventude.

Tendo em vista tais pontos fundamentais a revisão avaliativa procurou situar o problema vocacional em torno de questões que no futuro muito influenciarão o dinamismo da Pastoral Vocacional.

Assim, os participantes foram unânimes em concordar que na raiz das questões vocacionais está latente uma

melhor compreensão da missão e das estruturas eclesiais, face às transformações globais do país e específicas de cada região.

Desta nova compreensão eclesial necessariamente, através de acentuado esforço pedagógico-pastoral, aos poucos se configurarão os ministérios, tipos de vida consagrada (presbiteral e religiosa), bem como etapas diferentes na formação. Tais questões, a longo prazo, devem ser foco de atenção dos responsáveis pela promoção vocacional.

Porém, algumas conclusões práticas

também se apresentavam aos participantes como fundamentais, entre outras:

◆ A continuidade no esforço para constituir ou dinamizar as equipes vocacionais no âmbito regional, diocesano e paroquial.

◆ Maior aprofundamento da pedagogia de acompanhamento das vocações. O momento presente parece indicar ser este um dos grandes desafios da Pastoral Vocacional: o acompanhamento e formação das pessoas que, aos poucos se despertam e querem se consagrar a vocações específicas na Igreja.

III ASSEMBLÉIA INTERAMERICANA DE RELIGIOSOS

Nos dias 21 a 27 de novembro de 1977 realizou-se em Montreal a III Assembléia Interamericana de Religiosos. O Tema estudado foi: **A Vida Religiosa na América, nossa contribuição ao seu futuro.** 140 delegados dos quatro Organismos que agrupam a todos os religiosos e religiosas da América, participaram do acontecimento. Assistiram como convidados o Cardeal Eduardo Pirônio, Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos; o Cardeal George Flahiff, Arcebispo de Winnipeg; Mons. Ângelo Palmas, Pró-Núncio Apostólico de Canadá; Mons. Gregoire, Episcopal do Canadá; Pe. Pedro Arrupe, Superior Geral da Companhia de Jesus e Presidente da União Internacional de Superiores Gerais e a Ir. Mary Linscot, Presidente da União Internacional de Superiores Gerais e outras importantes personalidades.

A abertura oficial teve lugar no dia 21 de novembro com palavras de boas

vindas de cada um dos quatro Presidentes das Conferências de Religiosos do Canadá (CRC), Estados Unidos (LCWR) e (CMSM) e América Latina (CLAR).

Pe. Pedro Arrupe, SJ, dirigiu-se aos participantes, convidando-os a dar um testemunho sincero e irrefutável de sua fé, de modo que seu testemunho sirva de fundamento à denúncia que possam fazer à sociedade de consumo, e refletir sobre a melhor qualidade de serviço que os religiosos podem dar hoje à Igreja. Dirigindo-se particularmente aos canadenses e americanos presentes, Pe. Arrupe os incitou a uma conversão, à austeridade, tendo em conta que é tarefa "extremamente difícil." O religioso deve estar pronto a encontrar-se só, renunciar a certos apoios com os que tradicionalmente contava, o que não impedirá viver sua solidariedade com os pobres e menos favorecidos.

A mensagem do Cardial Pirônio dirigida aos participantes deste encontro,

resume-se nos seguintes traços: Caminhar na fé. Viver na sinceridade do amor, superando todo tipo de dualismo na vida cristã. Ser alegres na Esperança que impulsiona ao testemunho de uma vida pascal.

O conferencista convidado, Pe. Jean-Marie Tillard, O.P., afirmou que "Deus está do lado dos Pobres". Segundo ele, deve haver uma Interação, uma fecundação mútua entre o Norte, que descobre as virtudes da contemplação e o Sul que pode interpelar ao Norte precisamente por sua opção pelo pobre. A América Latina e seu testemunho representam um "sopro de esperança" que se torna Interpelação destes, que na América do Norte, temem ser desinstalados.

Não resta dúvida de que um estudo sério desde o ponto de vista religioso e sociológico no atual momento histórico, a partir dos sinais dos tempos e dos dados que permitem uma perspectiva provável, está levando os religiosos americanos a uma série de conclusões otimistas quanto ao futuro da Vida Religiosa no Continente.

A Junta Diretiva das Religiosas dos Estados Unidos (LCWR) fez uma exposição sob o título SEMENTE DE NOVA VIDA. Reflete a situação da Vida Religiosa Feminina e os objetivos que se propõem para 1980: buscar um modo de vida que seja expressão de uma espiritualidade apostólica evangélica e comprometida; aumentar a resposta da mulher religiosa num copromisso pela justiça; descobrir e cultivar seus talentos e utilizá-los responsavelmente para o bem dos demais; trabalhar para que a Vida Religiosa feminina fomente uma liberdade responsável e seja um meio pelo

qual a mulher desenvolva todas as suas potencialidades humanas ao serviço dos outros; planejar novas linhas e funções no seu ministério, especialmente levando em conta um serviço de pastoral direta dentro da Igreja. Efetuar mudanças nas estruturas no interior das Congregações, da Igreja e da sociedade, que dêem lugar a uma renovação sistemática através de sua maior participação na tomada de decisões em todos os níveis; criar novos modelos de liderança e de colaboração da mulher numa sociedade que se abre cada vez mais, a um reconhecimento de valores autênticos.

Os Religiosos (varões) dos Estados Unidos (CMSM), apresentaram uma motivação ao texto de sua exposição cujo tema era a INTERDEPENDÊNCIA. Na autoreflexão voltam-se aos irmãos do Continente para descobrir com eles qual deve ser sua posição se desejam cumprir a missão que a Igreja de seu país lhes está exigindo num momento de transição da independência à interdependência. Como perspectiva de futuro vêem com otimismo uma integração mais orgânica na Pastoral de Conjunto, através de um diálogo profundo com a Igreja e com o mundo.

Interessou muito a exposição que fez a CLAR do Documento que previamente havia dado a conhecer. Os latino-americanos afirmaram: O futuro é o resultado da liberdade e da esperança do homem. A Vida Religiosa está chamada à evolução, e à mudança, e ao mesmo tempo, à fidelidade ao Senhor da história; diante disso resultam uma série de tensões, conflitos e ambiguidades numa tríplice perspectiva: o processo histórico, o passado, antes de Medellín; a realidade social latino-americana e as

respostas da Vida Religiosa depois de uma tomada de consciência da situação; os progressos, ambiguidades e esperanças que se detectam sobretudo nestas áreas: fé e oração, pobreza, missão profética na situação de injustiça, comunidade religiosa na comunidade da Igreja como revalorização da amizade, participação real de bens, responsabilidade da vida e da missão da comunidade, incorporação dos religiosos na ação pastoral da Igreja local. A CLAR vê nos religiosos da América Latina uma grande esperança para o futuro do cristianismo nestes países e para lograr uma mudança haja estruturas mais justas e mais humanas.

Os religiosos canadenses (CRC) partilharam sua experiência afirmando que a Vida Religiosa no Canadá está muito ligada ao contexto sociológico do país. A evolução na concepção da Vida Religiosa tem sido difícil, mas positiva. Quatro compromissos estão indissoluvelmente unidos à Vida Religiosa: uma verdadeira experiência de Deus, a concepção de um dinamismo apostólico que procede desta experiência, a decisão de alimentar esta experiência de Deus na oração e na ação, e a aceitação da fraternidade e da equipe apostólica como meio de vida. Quanto ao futuro da Vida Religiosa opinaram que está estreitamente ligada ao desabrochar da vida cristã em seu país e também a seu futuro cultural. O que importa é viver a fé e ser "testemunhos do Reino" num mundo desumanizante.

Durante os dias seguintes, os participantes, a partir da reflexão feita, trataram de encontrar pontos de convergência para trabalhar mais coordenadamente na Igreja do Continente.

Como pontos chaves assinalaram-se:

1. A importância de seguir orientando a reflexão teológica na linha do seguimento comunitário de Jesus, da comunhão de vida, missão e destino com Ele.

2. A necessidade de encontrar uma linguagem para comunicar ao mundo e aos irmãos nossos encontros e a fundamentação evangélica de nossos compromissos.

3. A busca de caminhos para um testemunho profético comum frente às situações e estruturas que envolvem as Américas numa rede de injustiças e dominações.

4. A intensificação do papel profético de nossas Conferências que enfrentam sérios e antievangélicos problemas de todos os tipos os quais chegam ao seio mesmo da Vida Religiosa.

5. A necessidade de criar uma ampla rede de comunicações entre as quatro Conferências, de modo que a mútua informação que constantemente obtemos, dê luz para focar problemas, aumente nossa consciência de responsabilidade ante a situação do mundo e da Vida Religiosa no Continente, criem vínculos humanos cada vez mais fortes entre nós, nos proporcione elementos de juízo na hora de tomar uma posição crítica, nos faça cada vez mais fortes pela união que supõe sentir-nos todos irmãos e todos acompanhados como membros da Igreja, Povo de Deus.

DIA DAS VOCAÇÕES

Conforme as veneráveis instruções, a seu tempo emanadas pelo Santo Padre, cumprimos de bom grado o dever de comunicar-lhes que a **XV Jornada Mundial de oração pelas vocações** será celebrada no dia 16 de abril de 1978, na ocorrência tradicional do **quarto domingo** da Páscoa.

Como sempre, o presente anúncio da próxima "Jornada Mundial" é realizada de comum acordo entre esta Sagrada Congregação e as Sagradas Congregações para as Igrejas Orientais, para os Religiosos e os Institutos Seculares, para a Evangelização dos Povos.

Pedimos respeitosamente aos Emms. Exmos. Presidentes da Conferências Episcopais, que se dignem transmitir esta comunicação aos Ordinários Diocesanos, aos Presidentes das respectivas Comissões Episcopais, aos Diretores ou Secretários dos Centros Nacionais, ou entidades análogas, para as vocações.

Dirigimos o mesmo pedido aos Rvdos. Padres e às Rvdas. Superiores Presidentes das Conferências dos Superiores e Superiores Maiores, aos Exmos. Diretores e Diretoras Gerais dos Institutos Seculares, que se dignem fornecer as indicações oportunas às pessoas e às instituições da própria competência.

As finalidades da "Jornada Mundial" permanecem as estabelecidas pelo Santo Padre desde o início: ser para toda a comunidade cristã um tempo de reflexão aprofundada sobre a vocação, e de fervorosa oração por todas as vocações dedicadas dum modo especial ao serviço do Povo de Deus: as vocações ao presbiterato, ao diaconato, às várias formas de vida consagrada mediante os votos e outros vínculos sagrados (Religiosos sacerdotes, Irmãos, Irmãs, membros de famílias contemplativas) e à vida missionária. Por conseguinte, toda a comunidade, para todas as vocações, para toda a Igreja.

Tudo isto está em harmonia com as diretivas do Concílio: É necessário que a Obra das vocações (e a oração constitui a alma deste apostolado) se abra, com largueza de vistas, para além das fronteiras das próprias dioceses, nações, famílias religiosas e ritos, e olhando as necessidades da Igreja Universal venha em ajuda, dum modo especial, daquelas regiões, onde o pedido de operários para a vinha do Senhor é mais urgente" (cfr. Decreto Optatum totius, n.º 2). Isto responde também a algumas necessidades da Igreja de hoje. Com efeito, numerosas instituições Religiosas, pastorais, edu-

cativas e sociais da Igreja ameaçam morrer, se não chegam a tempo pessoas numerosas e qualificadas que lhes assegurem a vida e a continuidade.

A celebração da "Jornada Mundial" realiza-se por excelência na assembléia eucarística, onde a Palavra de Deus é anunciada, onde se realiza a oração litúrgica, onde o sacrifício do Senhor se renova e se oferece. É evidente que o dever da oração não pode exaurir-se na "Jornada Mundial". Pelo contrário, a "Jornada Mundial" deve ser apresentada à comunidade crente como o sinal visível, o momento privilegiado de um dever de rezar, que não encontra fronteiras nem no tempo nem no espaço.

A "Jornada Mundial", que se atua essencialmente nas assembléias eucarísticas, não exige portanto, de per si, trabalhos extraordinários de organização. Nestes últimos anos, todavia, por ocasião da "Jornada Mundial", manifestou-se um admirável florescimento de iniciativas. Os Episcopados e alguns Bispos dirigiram mensagens aos fiéis e particularmente aos jovens. Multiplicaram-se os contatos com os jovens, as famílias, os outros educadores. Distribuíram-se em grande número valiosos subsídios pastorais para a oração, a pregação, a catequese. Sobretudo as mensagens do Santo Padre, traduzidas em inúmeras línguas, receberam larga divulgação. Muitos jovens, em todas as partes do mundo, ofereceram o testemunho de uma participação séria.

Tudo isto é comprovado pelos relatórios e documentos, muito numerosos, que chegaram das Nações e das Dioceses, dos Institutos religiosos e dos Centros nacionais e locais para as vocações.

Desejamos portanto manifestar os nossos sentimentos de satisfação e de reconhecimento aos Emmos. e Exmos. Presidentes das Conferências Episcopais competentes, aos Exmos. Pastores das Dioceses, aos Revmos. Superiores e Superiores Religiosos, aos Senhores Diretores e Diretoras de Institutos Seculares, aos Responsáveis e Colaboradores dos Centros nacionais e diocesanos para as vocações, a todos os outros animadores e cooperadores neste apostolado, por tudo quanto realizaram dum modo exemplar por ocasião da "Jornada Mundial" de 1977 e por tudo quanto de igual modo quererão realizar para a preparação e celebração da "Jornada Mundial" de 1978, segundo as intenções do Santo Padre e com responsabilidade e amor por toda a Igreja.

Com manifestação de profunda estima e sincera veneração, saúda-o cordialmente no Senhor,

o seu muito devotado,
Gabriel-Marie, Cardeal Garrone.

EM BUSCA DE UMA LITURGIA POPULAR

“Sem embargo, em certos lugares e circunstâncias, urge uma adaptação mais profunda da Liturgia”. Por isso, as Conferências Episcopais considerem, “com solicitude e prudência, os elementos que se possam tomar das tradições e gênio de cada povo para incorporá-los ao culto divino”.

Pe. Valdeli Carvalho da Costa, SJ

Rio de Janeiro, RJ

A realização neste ano de 1978 da III Conferência do Celam, dez anos após o encontro de Medellín, leva-nos a uma reflexão sobre a situação da adaptação da liturgia às condições latino-americanas, pedidas pelo episcopado lá reunido, seguindo a inspiração do Concílio Vaticano II. Dez anos após constata-se que muito já foi feito, mas resta ainda muito por fazer.

O recente **Diretório para Missas com Grupos Populares**, aprovado pela XV Assembléia da CNBB, durante o seu encontro em Itaici de 8 a 17 de fevereiro de 1977, mostra a preocupação do Episcopado Brasileiro com a adaptação da liturgia à situação de grande parte da população brasileira, sobretudo, do “povo simples”, “atendido insufi-

cientemente (alguns só têm uma única missa por ano), **ou de modo inadequado**, seja por causa das grandes distâncias, seja pela escassez ou má distribuição dos ministros, seja pelo **tipo de pastoral e liturgia** adotados nestes contextos” (1). Através do Diretório, o Episcopado procura “facilitar uma penetração mais plena da liturgia no coração da gente simples, através de uma forma de celebração que seja mais adequada à **cultura e às circunstâncias que lhe são próprias**” (2).

A consciência de que “a presença do mistério da salvação, enquanto a humanidade peregrina até sua plena realização na parusia do Senhor, culmina na celebração da liturgia eclesial” (SC. 8 e 10) impõe

uma real preocupação da Igreja no Brasil em encontrar a forma litúrgica adaptada, que permita ao povo

brasileiro expressar, com suas características próprias, o seu culto a Deus.

1. Adaptações na História da Igreja

O esforço de adaptação da liturgia aos diversos povos e raças que se converteram ao cristianismo foi sempre uma preocupação constante da Igreja. Os diversos ritos em que se expressa a liturgia cristã são o fruto deste processo dinâmico de integração da Igreja nas diversas culturas, através séculos.

A Igreja do Ocidente, contudo, após os atritos da Reforma com os irmãos separados, temendo que o questionamento reformador destas igrejas viesse a perturbar a estrutura do culto latino, que o Concílio Tridentino reafirmara (3) enrijeceu sua oposição a qualquer inovação ou novas adaptações litúrgicas nos quatro séculos que se seguiram. Mesmo em territórios de missões, como na China e na Índia, onde os jesuítas tentaram adaptações de valores da cultura local à liturgia, a resistência às inovações foi tenaz.

Se, em países de cultura milenar, como a China e a Índia, que possuíam valores culturais muito elaborados, a Igreja opôs muita resistência, terminando por suspender toda a polêmica em torno do assunto, em países de populações consideradas 'primitivas', como as da África e da América Latina, a hipótese de assimilações e adaptações de valores destas culturas à liturgia era ainda mais remota.

No Brasil, no começo da colonização, Anchieta tentou várias adaptações em cerimônias paralitúrgicas, como as procissões de culumins, que o Pe. Américo Novais, baseado em Southey, descreve nestas coloridas pinceladas: "meninos e adolescentes vestidos de branco, uns com açafates de flores, outros com vasos de perfume, outros com turríbulos de incenso, todos louvando Jesus triunfante, entre repiques de sino e roncões de artilharia" (4). Comenta G. Freire: "eram as futuras festas de Igreja, tão brasileiras, com incenso, folha de canela, flores, cantos sacros, banda de música, foguete, repique de sino, vivas a Jesus Cristo, esboçando-se nessas procissões de culumins" (5).

Este abramileiramento de paralitúrgias, contudo, deixava intocável o núcleo da liturgia. Havia consciência de que a liturgia é ao mesmo tempo palavra e espetáculo, lição e teatro sagrados. Mas haveria engano se nela não fosse visto mais que um meio de dar mais solenidade às cerimônias religiosas, como nas cerimônias civis, acumulando gestos, palavras, decoração. A liturgia cristã é um 'acontecimento' no qual Cristo vem ao homem com graças sobrenaturais, na medida em que o homem para elas se dispõe (6).

Não obstante esta nitidez conceitual, durante todo o período de colonização do Brasil, e ainda hoje, devido à carência de clero e de evangelização da população, o conjunto de sinais usados na liturgia e na administração dos sacramentos, para ensinar mais completamente e mais solenemente a ação de Cristo em favor da salvação, permaneceram, para a grande maioria da população, misteriosos e enigmáticos. Não lhes falavam nada, pois eram administrados numa língua estranha: o latim. O rito adquiria, assim, aos olhos da maioria dos batizados, caráter solene, mas 'misterioso' e quase mágico. O Evangelho e a liturgia não se haviam revestido da linguagem cultural da população à qual se destinava. Restavam desenraizados do solo onde se queria plantá-los.

O questionamento que as Igrejas, sobretudo, as da África, vinham se fazendo, através dos missionários mais lúcidos, sobre a dificuldade da implantação do Evangelho no solo africano, devido à identificação entre Cristianismo e cultura européia, criou todo um movimento de reflexão, que desaguou no Concílio Vaticano II.

1.1 — Reabertura eclesial às adaptações litúrgicas

O Concílio Vaticano II abriu a Igreja às adaptações. Os textos conciliares afirmam, claramente, para a Igreja Universal, a necessidade da inserção da mensagem cristã nas culturas locais, concitando toda a Igreja à sua realização.

O proêmio da constituição sobre a Sagrada Liturgia se inicia com esta idéia e esta meta: "Este sacrosanto Concílio se propõe fazer crescer dia a dia a vida cristã entre os fiéis, **adaptar** melhor às necessidades de nosso tempo as **instituições** que estão sujeitas à mudanças..." (SC, 1). Sendo a liturgia "a primeira e necessária fonte, da qual os fiéis haurem o espírito verdadeiramente cristão" (SC 14) é necessária uma adaptação e renovação litúrgica para que o povo cristão compreenda e expresse com maior clareza as coisas santas (SC 21).

Até então, no Ocidente a liturgia havia sido intocável, rígida e única. O que fora outrora um bem, hoje, deveria ser mudado. Havia necessidade de maleabilidade e adaptação aos novos tempos, sobretudo, à diversidade de cultura dos povos. Declara o Concílio: "A Igreja não pretende impor uma **rígida uniformidade** naquilo que não afeta à fé ou ao bem de toda a comunidade, nem sequer na liturgia; pelo contrário, **respeita e promove o gênio e as qualidades peculiares das distintas raças e povos. Estuda com simpatia e, se pode, conserva íntegro o que nos costumes dos povos encontra** que não esteja indissolavelmente vinculado a superstições e erros e **ainda os aceita, às vezes, na mesma liturgia**, com tal que se possa harmonizar com o verdadeiro e autêntico espírito litúrgico" (SC 37).

Nesta abertura, o Concílio augura que a Igreja "com seu trabalho" consiga "que tudo o que há de bom, que se encontra semeado no coração e na mente dos homens e nos **ritos e**

culturas destes povos, não somente não desapareça, senão que se purifique, se eleve e aperfeiçoe, para a glória de Deus, confusão do Demônio e felicidade do homem” (LG 17). Assim, propõe “ao revisar os livros litúrgicos, salva a unidade substancial do rito romano, se admitirão variações e adaptações legítimas aos diversos grupos, regiões, povos, especialmente nas missões, e se terá isto em conta oportunamente ao estabelecer a estrutura dos ritos e as rubricas” (SC 37).

As idéias lançadas pelo Concílio encontram um terreno fértil, já que vinham ao encontro das necessidades das Igrejas particulares.

1.2 — **Repercussão na América Latina**

As sugestões conciliares vinham ao encontro da consciência eclesial latino-americana da premente urgência de uma reformulação profunda de práticas religiosas seculares, importadas da Europa. A cultura das populações latino-americanas jamais fora assumida, valorizada, depurada e integrada no louvor de Deus. Seus filhos não rezavam e nem se exprimiam segundo os próprios valores culturais. Reproduziam velhos hábitos religiosos, trazidos da Europa para a América pelos colonizadores e, a seguir, pelos missionários europeus, que aqui vinham pregar o Evangelho, mas o faziam segundo o esquema mental europeu, próprio das congregações religiosas a que pertenciam, ou do país donde procediam. Os valores culturais locais jamais tinham sido objeto de estu-

dos, com vistas a uma integração deles na Liturgia. Eram simplesmente desconhecidos. Queria-se evangelizar, fazer rezar e civilizar a modo europeu.

Neste quadro histórico, não é de admirar que as idéias conciliares encontrassem a Igreja Latino-americana despreparada para realizá-las em seu próprio proveito. Faltavam os estudos dos valores culturais locais, até então postergados. Acostumada a receber todas as normas de Roma, jamais se preocupara em aprofundar os valores culturais, tradições, hábitos, formas de vida e filosofia de suas populações. Carecia de peritos e Centros de Estudo que pudessem fornecer as bases para o período de experiências, que se seguiu ao Concílio, proposto por Roma, com vistas às adaptações litúrgicas (7).

As diretivas emanadas de Roma, para adaptações e experiências eram muito estreitas. A realização deste trabalho adaptativo necessitaria muito mais autonomia e tempo do que os três anos concedidos por Roma. Tempo talvez suficiente para a Europa, de há muito preparada, devido às pesquisas de teólogos e demais especialistas debruçados sobre seus valores culturais locais. A Igreja Latino-americana, ao contrário, estava, por assim dizer, partindo do marco zero. Por isso, no Documento de Medellín, o Episcopado Latino-americano, após apelar para os textos conciliares que reconhecem ao bispo o direito de **regulamentar a liturgia** e o dever de promovê-la no seio da Igreja local (SC 22-1 e 41; Christus Dominus, n. 15; G. n. 26), formula o desejo de que “**sejam con-**

feridas às Conferências Episcopais faculdades mais amplas em matéria litúrgica, a fim de poderem realizar melhor as adaptações necessárias, atendendo às exigências de cada assembléia” (8).

1.3 — Modo de Realizar

Vários documentos conciliares indicaram alguns procedimentos necessários, para que as adaptações pudessem ser feitas com prudência e profundidade.

Ressalvando a exclusiva competência do papa e dos bispos em suas dioceses na regulamentação da Liturgia (SC 22-1) e, em cada país, a das Conferências Nacionais (SC 22-2), recorda que qualquer adaptação ou inovação, que se venha a fazer na liturgia, utilizando valores culturais regionais ou nacionais, fica a critério da autoridade eclesiástica territorial (SC 39). Os sacerdotes não podem mudar **nada de substancial** na liturgia, por iniciativa pessoal (SC 22).

As adaptações deverão ser precedidas de séria investigação histórica, teológica e pastoral (SC 23), sobretudo, nas regiões onde se veja **necessidade de uma adaptação mais profunda**: “Sem embargo, em certos lugares e circunstâncias urge uma adaptação mais profunda da liturgia o que implica maiores dificuldades” (SC 40). Nestas circunstâncias, que, como veremos, correspondem à situação brasileira:

1) A competente autoridade eclesiástica territorial local, isto é, as Conferências Episcopais nacionais,

deverão considerar “com solicitude e prudência os elementos que se possam tomar das tradições e gênio de cada povo para incorporá-los ao culto divino”. As adaptações que se considerem úteis ou necessárias se proporão à Sé Apostólica para introduzi-las com seu consentimento.

2) Para que a adaptação se realize com a necessária cautela, se for preciso, a Sé Apostólica concederá à mesma autoridade eclesiástica territorial a faculdade de **permitir e dirigir as experiências prévias necessárias em alguns grupos preparados para isso e por um tempo determinado**.

3) Como as leis litúrgicas costumam apresentar dificuldades especiais quanto à adaptação, **sobretudo nas missões**, ao elaborá-las, se empregará a **colaboração de homens peritos na questão** de que se trata (SC 40).

1.4 — Reforço no Sínodo

O Sínodo de 1974 sobre a “evangelização” retornou ao problema da incarnação do Evangelho nas diversas regiões. A exortação apostólica “*Evangelii Nuntiandi*” de Paulo VI, eco dos temários das sessões sinodais, reafirma a necessidade da inserção da mensagem evangélica nos valores culturais locais, constatando que a Igreja, quando consegue “**lançar suas raízes na variedade dos terrenos culturais, sociais e humanos, se reveste em cada parte do mundo de aspectos e de expressões exteriores diversas**” (E. N. 62).

Mesmo resalvando que o evangelho e a evangelização não se identificam com nenhuma cultura e são independentes com relação a todas as culturas, contudo, não se pode negar que “o Reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do Reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas” (E.N. 20).

Por isso, aplicando à evangelização o que já fora dito no Concílio sobre a liturgia, a Exortação insiste sobre a inserção da Igreja em cada cultura, através da evangelização “não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes — a cultura e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição *Gaudium et Spes* (n. 53)”.

2. Situação do Brasil

Como na restante América Latina, as diretivas conciliares encontraram a Igreja no Brasil despreparada para a imediata aplicação das suas prescrições. Os valores culturais nacionais não estavam estudados com vistas ao seu aproveitamento na Liturgia.

Os valores existem disseminados por todo o território nacional. Cada região brasileira é rica em costumes e tradições herdadas dos três grupos étnicos fundamentais, que plasmaram o homem brasileiro: o Português, o Índio e o Negro. Cada um trouxe suas contribuições culturais, que aqui se amalgamaram, dando origem a expressões culturais populares, tipicamente brasileiras (9).

2.1 — Substratos raciais e expressões vitais

Neste estudo da adaptação litúrgica à realidade popular brasileira, deve ser focalizado seriamente o substrato étnico. É ocioso recordar que dois terços do contingente hu-

mano, que plasmou a nossa população — o Negro e o Índio — são alheios às tradições e cultura européia, para cá trazida, apenas pelo elemento Branco, o Português (na totalidade do Brasil, fora os Estados do sul, onde se radicaram as colônias de imigração européia do fim do século passado).

Disto se concluiu que todo brasileiro, ou pelo menos, grande parte da população — do Rio de Janeiro para o Norte — tem alguma porção de sangue Negro ou Índio nas veias. Isto significa, que no comportamento do homem brasileiro se manifestam atitudes e reações próprias das etnias que o plasmaram.

2.2 — A dança

Entre as muitas expressões culturais que estes grupos transmitiram à população brasileira, detenhamo-nos apenas no gosto pela dança. É de todos conhecido, que tanto o Negro, quanto o Índio, tem o canto e a dança, como elementos importan-

tes de expressão religiosa. O Negro presta culto aos seus orixás ou voduns, dançando incorporado, durante horas seguidas. As nossas tribos indígenas, sejam as do começo da colonização (10), seja as atuais do Alto Xingu, Araguaia e demais núcleos ainda vivos de cultura ameríndia, dançam horas seguidas em suas festas religiosas, seja durante o dia, como à noite, até o nascer do sol.

Este gosto e resistência afro-ameríndia para horas seguidas de dança foi transmitido aos seus descendentes e mestiços. Esta característica étnica explica porque a dança está tão arraigada na psiqué do povo brasileiro assim com a sua resistência física para dançar tantas horas seguidas no carnaval. Festa que se está tornando uma característica brasileira, turisticamente explorada. O frevo, o maracatu, os caboclinhos no Recife; os trio-elétricos ou sambas-de-roda em Salvador; as batucadas, ou as noites inteiras até à madrugada, de ensaios das escolas-de-samba no Rio de Janeiro e em São Paulo, mostram a mesma resistência física e o mesmo gosto popular por horas seguidas de dança. O povo não se cansa e tem energias sempre renovadas, que surpreendem a capacidade limitada dos estrangeiros europeus e americanos, que não têm nas veias sangue negro nem indígena.

2.3 — Liturgia européia e dança

A dança e o canto fazem parte dos momentos mais importantes e expressivos da vida cultural-religiosa do Negro e do Índio, que misci-

genados com o Português, deram origem ao brasileiro. Ora, se este elemento é tão importante, como expressão de plenitude vital para esses grupos étnicos, como se pode entender, que o brasileiro, que deles descende, tenha de realizar seu culto a Deus, expressar-se religiosamente, levando em consideração apenas a forma que herdou do Português, o terceiro elemento constitutivo da nacionalidade, deixando de lado os outros dois terços de contribuição cultural, provindos do Negro e do Índio? Um catolicismo de expressão puramente européia? Como se pode entender que a liturgia no Brasil tenha de ser realizada à modo **unicamente** europeu, de expressão puramente **conceitual**, de posições físicas estáticas: de pé, sentado, de joelhos? Todo o núcleo da liturgia, centrado na **expressão verbal** de conceitos teológicos, carregados de história dos conflitos entre a ortodoxia e as heresias européias em dois mil anos de história da Igreja? Conceitos claros para a população dos países europeus, onde estes mesmos conflitos da Igreja com as heresias, fazem parte da própria história do país, mas que são totalmente desconhecidos da grande massa da população brasileira, mesmo até da mais culta!

Por que a estrutura do culto a Deus no Brasil, deverá ser idêntica ao que lhe é prestado na Alemanha, Itália ou França, que não tem população Negra ou Ameríndia? Por que não integrar na nossa liturgia os valores autênticos e expressivos da alma religiosa do nosso Brasileiro Negro, Índio, Caboclo ou mestiço, ao lado da expressão européia, co-

natural aos brasileiros descendentes das colônias estrangeiras do Sul do país? Por que não se poderia inserir no culto divino expressões de dança litúrgica, que dessem mais movimento e plasticidade ao culto cristão no Brasil, na linha da sensibilidade que nos foi legada pelo Negro e pelo Índio, como propõe o Concílio?

O fato de até hoje não se ter feito, não significa que não seja inconveniente. Apenas chocaria ao esquema europeu a que nos acostumamos. Na Índia, durante o Congresso eucarístico, houve um bailado diante do Santíssimo Sacramento, na presença de Paulo VI. Em Sevilha, na Espanha, desde o século XIII há permissão de se fazer um bailado diante do Santíssimo Sacramento. Na Sagrada Escritura, o II Livro de Samuel, entre tantas outras referências a **danças, diante de Yahvé**, ao som de instrumentos musicais, nos relata quando do retorno da Arca da Aliança a Jerusalem que "Davi e toda a casa de Israel **dançavam** diante de Yahvé, **com todas as suas forças, cantando** ao som de **cítaras, harpas, tamborins, sistras e címbalos**" (II Sam 6,5) e após os meses em que a Arca permaneceu em Obed-Édom quando entra definitivamente em Jerusalem, novamente "Davi **dançava volteando com todas as suas forças diante de Yahvé**" (II Sam 6,14) o que **escandalizou** Mikal, a filha de Saul, que por este motivo, foi **punida de esterilidade!** (II Sam 6,23). Por que não se poderia fazer o mesmo no Brasil, se corresponde à expressão étnica de grande parte da população?

Observe-se que o próprio povo ao adotar este tipo de expressão corporal litúrgica, com movimentos rítmicos de dança, sabe dar a eles dignidade religiosa. Jamais cairá no desenfreado de um samba de carnaval. As pesquisas preliminares deverão ajudar a conservar a animação característica de nossa música e sensibilidade, sem se confundir com um baile carnavalesco.

O mesmo povo que frequenta os Terreiros de Candomblé e Umbanda dá testemunho disto. Basta observar a dança litúrgica dos Terreiros. Um **ponto-cantado** de Umbanda, tem vibração contagiante e é **dançado** pelos filhos-de-santo. É mesmo aconselhado pelos pais-de-santo a seus 'filhos' que "dancem para o 'santo'". Mas um ponto-cantado é totalmente diferente de uma música de carnaval, apesar de sua vibração contagiante, guarda a dignidade religiosa, que falta à música carnavalesca, embora seja igualmente **dançado ritualmente**. O povo não adota atitude 'carnavalesca' nos Terreiros. Tem atitude religiosa na dança ritual. Se assim é, por que a Igreja não encontraria uma forma de expressão musical, que pudesse ser acompanhada de movimentos rítmicos do corpo dos participantes de um culto cristão, numa liturgia mais em consonância com a sensibilidade popular, como se manifesta nestas outras formas de expressão religiosa étnico-brasileira?

2.4 — O homem brasileiro em suas regiões culturais

A busca de uma liturgia popular em sintonia com as características

do povo brasileiro, não pode se reduzir apenas a aproveitar os elementos étnicos. É imprescindível que a Igreja estude em cada região brasileira os traços culturais locais, para valorizá-los, depurá-los e até utilizá-los na formulação de uma liturgia popular; que se examinem as expressões populares, que se manifestam nos folguedos; o comportamento psicológico adotado nas ladainhas, novenas, romarias; nas cantigas de viola, nos desafios de cantadores, na literatura de cordel; nos grupos de frevo, maracatu, bumba-meu-boi, etc., etc. Sinta-se o que vive o povo e **como reage** nestas ocasiões. Assim se poderão detectar elementos valiosíssimos da alma popular e inseri-los na liturgia, tornando-a apta a exprimir o sentimento religioso do povo, de modo conatural, e não postico.

Seria, sobretudo, de extrema valia, que se analisasse o modo como reagem **os homens** em cada região cultural brasileira. A análise do comportamento viril, nas manifestações populares, ajudaria enormemente a superar a mentalidade de "religião ser própria de mulheres" e não de "cabra-macho", se os elementos da psicologia viril brasileira fossem anexados à estrutura do culto. O homem brasileiro em cada região não sentiria pejo de se mostrar religioso, o que acontece muitas vezes pelas características 'sentimentalóides' que se dá às devoções e práticas religiosas. Sobretudo, o Santo sacrifício da Missa ganharia em expressão e adequação com a alma masculina. Tornar-se-ia mais claro e inteligível ao povo.

2.4.1 — Regiões culturais brasileiras

Seria necessário que em cada região cultural brasileira, equipes de peritos se debruçassem sobre os valores culturais locais; que se estudasse como reagem e que atitudes religioso-culturais adotam **o amazonense e o paraense**, produtos mestiços do indígena, ou dos seus descendentes, com o Branco, constituindo o tipo físico representativo da região, vivendo em uma cultura, que poderíamos denominar de "amazônica", nascida e elaborada em torno dos rios e da grande floresta. Com distâncias imensas, percorridas no ritmo lento das águas, alheias à pressa e ao relógio, no bojo das canoas, "montarias", no emaranhado dos igarapés. Cultura de mitos, tradições e credices herdadas das tribos indígenas, mesclada de catolicismo popular. Valores que geraram a Pagelança e nutrem o Círio de Nazaré.

No **Nordeste agrário litorâneo**, conhecer o homem dentro da cultura gerada pela cana-de-açúcar, nos engenhos ou usinas, com forte mestiçagem entre Brancos e Negros, antigos senhores e escravos, exprimindo-se religiosamente nas devoções da casa grande, ou no culto e folganças das senzalas, espraiadas para as cidades e revitalizadas no Catimbó e Xangôs suburbanos, no folclore natalino das pastorinhas ou nos maracatus carnavalescos.

Apreender os valores religiosos que se manifestam na vida cultural do **Mediterrâneo Pastoril** dos vaqueiros do sertão, ou do agreste, de

tipo predominantemente mameluco, mestiço de Branco e Índio, ao lado de mulatos e cafusos, com a psicologia modelada pela caatinga, pelo gado e pela cultura do couro. Vaqueiros que se deliciam com os aboios e as trovas de cantadores de viola e repentistas, que se vestem de couro, ostentando um dos três trajes típicos do Brasil, que dançam xaxado e baião dos forrós do sertão, ao som de pífanos, zabumba, acordeão e triângulo. Profundamente embebidos de misticismo e recordações do cangaço desaparecido, mas ainda presente, ao lado dos 'santos' e 'beatos', nas estórias contadas ao pé do fogo (11) ou cantadas na literatura de cordel.

Como se manifesta o **baiano** dentro de uma cultura fortemente marcada pela presença do Negro, no tipo físico, como no lazer; na capoeira, maculelê; na devoção ao Senhor do Bonfim ou na piedade mítica dos Candomblés (12)?

Auscultar o brasileiro da faixa **urbano-industrial** se exprimindo nas grandes metrópoles — Rio, São Paulo, Belo Horizonte —; movendo-se dentro da dinâmica capitalista da indústria e do comércio, do trabalho proletário, mas dando alma às escolas de samba, às batucadas, ao carnaval, ou às tradições religiosas arcaicas, ainda persistentes, embora em franco processo de transformação como a Macumba, a Umbanda e a Quimbanda.

Examinar as tradições culturais do homem das **regiões mineiras do planalto**, descendente dos antigos mamelucos, mulatos e reinóis, ju-

deus, paulistas e nordestinos, que aí criaram uma vida de fausto e riqueza, de intensa atividade intelectual e artística. Onde surgiram as primeiras manifestações mais sólidas de vida urbana, irradiadas dos arraiais. Região de arraigadas tradições católicas, com esparças ilhas de folclore negro.

O homem da **região centro-oeste**, modelado a princípio pela mineração e, após a decadência desta, pela extração da erva-mate, o pastoreio e a pequena agricultura. Mestiço de português e índio, com a presença espanhola nas fronteiras, conservando hábitos e tradições herdadas do catolicismo tradicional, mas recheado de credices populares de origem indígena.

Submeter ao crivo da análise os valores culturais das regiões de antigas colônias estrangeiras, núcleos alemães, italianos, poloneses, holandeses, japoneses, russos, árabes, etc., que aqui chegaram no século XIX e se fixaram nos Estados do sul, esparramando-se por territórios não ocupados pelas correntes de povoamento brasileiro ou luso-brasileiro, centrados, a princípio, na atividade agrária das pequenas propriedades, e, partindo daí, para a atividade industrial, originada do artesanato rural. Região de traços culturais e folclore marcadamente europeu, sobretudo alemão e italiano.

Finalmente, atentar para as expressões culturais do **gaúcho** do extremo-sul pastoril, originado das expansões paulistas, nordestinas, fluminense e açoreanas, vindas no século XVIII, com linguagem eivada

de espanholismos, assimilados nos contatos fronteiriços com o Uruguai e a Argentina, mas talvez ainda guardando resíduos culturais das antigas missões jesuíticas dos Sete Povos das Missões, emparelhados com expressões de cultura negra, como as charqueadas.

2.5 — Precauções e processo nas adaptações

Tão grande variedade de traços culturais exige que a adaptação cultural à liturgia atenda às estas características regionais. A coloração cultural, que deverá adotar a liturgia na Bahia, marcada fortemente pelos valores africanos na roupa, na linguagem, na música, por exemplo, usando no culto atabaques, agogô e berimbau, não terá sentido no Rio Grande do Sul, onde o instrumento musical popular é o acordeón e a presença negra secundária.

É necessário que os peritos em liturgia se reúnam com os especialistas na cultura popular brasileira em cada região eclesial, para se dar começo a estes estudos com vistas à futura elaboração de liturgias populares regionais, na linha do recente **Diretório para Missas com Grupos Populares**, aprovado pela CNBB.

Mas para que na sua realização não se façam as mesmas extravagâncias sucedidas após o Concílio, por este Brasil a fora, inovações saídas da cabeça de alguns sacerdotes sem nenhuma preparação ou estudo prévio, inovações que nada tinham a ver com a cultura popular, nem com sua expressão religio-

sa, é necessário que as futuras adaptações de valores como estes, sigam as normas dadas pelo Concílio:

1) Seja “precedida de séria investigação histórica, teológica, pastoral” (SC 23) e eu acrescentaria: étnico-cultural.

2) Que a equipe de peritos, após estes estudos, faça as experiências sobre a validade das adaptações, com **grupos preparados para isso**, frisando o **caráter experimental**, e não logo com todo o povo.

3) Que o trabalho em todas as suas etapas seja conhecido e aprovado pela autoridade eclesiástica local, para evitar conflitos, proibições, retardamento na execução ou escândalo do povo. É importante que a autoridade eclesiástica local esteja a par e tenha confiança no trabalho dos peritos.

4) Que estes, cientes da aprovação da competente autoridade, não tenham medo de ir a fundo, na sua busca da adequação da liturgia com a alma popular, seja nos ritos, seja na expressão oral, mesmo que as soluções afloradas venham a descontentar, no primeiro momento, hábitos arraigados, apesar de adventícios.

Experiências inovadoras: “Missa de Vaqueiros”

A modo de conclusão poderíamos ver algumas iniciativas isoladas, que por falta de trabalho de equipe, tem surgido em alguns pontos do território nacional, tentando adaptações locais. No momento, já são conhecidas:

a) No Rio Grande do Sul a **Missa Crioula**, elaborada pelo Pe. Paulo Aripe e o falecido tradicionalista rio-grandense Pe. Alberto Brawn, SJ., celebrada, às vezes, em cima de uma carreta, em trajes gauchescos com pala, bombacha, botas, etc. usando termos e expressões orais próprias do homem dos pampas, como seja, denominar a Santíssima Virgem de "Prenda mais linda do Céu", ou Cristo: "o Patrão Velho lá de riba".

b) No sertão nordestino, a **Missa do Vaqueiro**, criada pelo Pe. João Cândia, vigário da paróquia de Serita, no interior de Pernambuco, na tentativa de adaptar-se e a sua pastoral aos vaqueiros da região, que formam o corpo da população local.

Como declarou em uma entrevista, sua inserção na vida vaqueira, brotou de uma intuição: "Senti que eu devia abraçar o povo vaqueiro, em lugar de ficar esperando que ele entendesse a minha oratória de seminário."

A aproximação dos vaqueiros, seguida da assimilação dos hábitos e expressões caras aos vaqueiros, como a derrubada de bois nas vaquejadas, conduziram lentamente à elaboração da **Missa do Vaqueiro**, celebrada pela primeira vez em 1970.

NOTAS

1. CNBB, 1977, 1.2. 2. CNBB, 1977, Introdução. 3. Denzinger, 1967³⁴, n. 1738-60. 4. III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta, Paris-Lisboa, 1900, citado por Gilberto Freire, 1966¹³, volume I, 210. 5. FREIRE, G., 1966¹³, I,

O altar em forma de ferradura, cercado por duas alas de aproximadamente quinhentos vaqueiros vestidos a caráter. O celebrante, encoucado dos pés à cabeça. Sinos trocados por chocalhos. Os cantos substituídos pelos aboios plangentes dos vaqueiros. O sermão 'pregado' por Luiz Gonzaga, acompanhado por sua sanfona e um bando de pífanos. Após a comunhão, a refeição comunitária, quando os alforjas dos vaqueiros se abrem e o farnel, constituído de paçoca, carne-de-sol, rapadura e queijo é dividido entre os participantes da cerimônia e os visitantes.

A novidade já transformou a missa em atração turística!

Tentativa de adaptação aparentemente bem sucedida. Contudo, numa análise menos superficial, vê-se que a estrutura mais profunda da cerimônia permanece fiel ao Cânon Romano em suas partes e no seu texto. O aparato mudou um pouco, mas a **mensagem litúrgica** talvez ainda não tenha sido adaptada à necessidade espiritual da população local, pois esta **adaptação profunda**, como pede o Concílio, só poderá ser feita por peritos e com a aprovação da autoridade eclesiástica territorial.

210. 6. BOVIS, 1961, 76. 7. Documento de Medellín, 1968, 701. 8. Documento de Medellín, 1968, 713. 9. Veja se entre outros: RAMOS, A., 1943, I; 1956; FREIRE, G., 1966¹³. 10. MÉTRAUX, A., 1928, 189-200. 11. FACÓ, R., 1965²; QUEIROZ, M. I. P., 1977. 12. L. VIANA FILHO, 1964; E. CARNEIRO, 1967. 13. M. DIÉGUES JR., 1977⁶, 36-44.

BIBLIOGRAFIA

- BOVIS, SJ, André de, 1961, **L'Église et son Mystère**, Col. Je sais — Je crois, Lib. Arthème Fayard, Paris. CARNEIRO, Edison, 1967, **Candoblés da Bahia**, Col. Brasileira de Ouro, RJ. CNBB, 1977, **Diretório para Missas com Grupos Populares**, Ed. Paulinas, SP. DENZINGER-SCHOENMETZER, 1967³⁴, **Enchiridion Symbolorum**, Ed. Herder, Barcinone, Friburgi, Brisgoviae, Romae, Neo-Éboraci. DIÉGUES JR., Manuel, 1977⁶, **Etnias e Culturas no Brasil**, Ed. Civilização Brasileira, RJ. FACÓ, Rui, 1965², **Cangaceiros e Fanáticos**, Ed. Civilização Brasileira, RJ. FREYRE, Gilberto, 1966¹³, **Casa Grande e Senzala**, 2 volumes, Liv. José Olympio, RJ. MEDELLÍN, Doc., 1968, **II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**, em SEDOC, 5(1968) c. 643-760. MÉTRAUX, Alfred, 1928, **La religion des Tupinamba**, Lib. Ernest Leroux, Paris. Queiroz, Maria Isaura Pereira de, 1977, **Os Cangaceiros**, Liv. Duas Cidades, SP. RAMOS, Arthur, 1943, **Introdução à Antropologia Brasileira**, Volume I, Liv. Ed. Casa do Estudante do Brasil, RJ. 1947, volume II. 1956, **O Negro na Civilização Brasileira**, Liv. Ed. Casa do Estudante do Brasil, RJ. VIANA Filho, Luís, 1964, **O Negro na Bahia**, RJ, SP.

CERNE-1 E CERNE-2: DEPOIMENTOS (I)

“Uma melhor conscientização da minha vida consagrada a Deus”. “Descobri que devo amar-me mais para poder cumprir o mandamento de Jesus”. “Para mim o CERNE foi um crescimento progressivo, somando um trabalho vasto de incalculáveis valores, tanto no aspecto das palestras, como de entrosamento comunitário, de alta e sólida espiritualidade e carinhoso acompanhamento dos coordenadores. De minha parte volto feliz, confiando andar melhor na caminhada da Vida Religiosa e Sacerdotal, como também desenvolver uma pastoral mais autêntica”.

“Para mim o CERNE foi uma experiência de Deus. Mais que as aulas, encontros, etc., essa “parada” na minha vida foi a Providência surgindo na hora exata.” “Um encontro comigo mesma de maneira muito construtiva”. “Para mim, em primeiro lugar, (era) um ponto de partida para maior vivência evangélica, comunitária. Era um conhecimento de mim mesma e das minhas potencialidades, e dos meus valores”. “Recebi novo impulso para continuar minha vida religiosa. Era descoberta da ação de Deus em mim”. “... Me ajudou muito para o crescimento interior através do conhecimento de mim mesma, e das minhas co-irmãs. Posso dizer que era uma verdadeira conversão para o Cristo. Era libertação e aceitação”.

“O Cerne foi para mim um novo batismo, uma tomada de consciência bastante dinâmica, um assumir a Vida Religiosa para valer, como o faz aquele que se compromete com o Cristo. Era ainda: um sepultar com Cristo e ressurgir com Ele para uma vida nova. Cerne proporcionou para mim mais condições de ser um livro aberto para profecia”. “Era um verdadeiro noviciado renovado. Tive oportunidade de um encontro profundo com Deus, comigo mesmo, e com os outros, por esta vivência bem concreta da fraternidade. Uma visão clara dos votos e a teologia da Vida Religiosa deu outra visão dessa vida. Era ponto de partida para uma nova caminhada, agora mais consciente”.

CENTRO DE RENOVAÇÃO ESPIRITUAL CERNE-1 CERNE-2

A conversão, o sentido da vida religiosa, o primado absoluto de Deus, o seguimento de Jesus Cristo. Vivência à procura de se capacitar melhor para a própria missão.

Pe. Jaime Sullivan, OMI
Rio de Janeiro, RJ

A CRB na continuação da sua animação da Vida Religiosa, no Brasil, resolveu atender os religiosos, padres, irmãs, irmãos com 20 anos ou mais de Vida Religiosa, trabalhando na base que nunca tiveram oportunidade de parar para uma reflexão mais longa e mais profunda.

Em agosto de 1977 inaugurou-se o **Centro de Renovação Espiritual** com o objetivo geral de proporcionar aos Religiosos um programa de renovação que os auxiliasse a perceber suas potencialidades e a melhor realizá-las no serviço de Deus e dos homens. Com este objetivo queria ajudar aos Religiosos a avaliar atitudes, adquirir conhecimentos e treinar capacidades, fornecendo aconselhamento pessoal para um crescimento integral. O curso de seis semanas em regime de internato incentivou uma vivência comunitária criativa em vista duma atualização

espiritual, religiosa e pessoal que melhor capacitasse o participante em sua missão. Também proporcionou conteúdos e exercícios e deu oportunidades para uma real experiência de Vida Religiosa e que conduziu a uma conversão pessoal à Vida Consagrada, a uma capacitação da vida comunitária e a uma participação ativa e criativa na ação apostólica.

O curso seguiu três linhas mestras. A **primeira** temática, a da vida espiritual que visou integrar a vida espiritual/pessoal encarnada na vivência da pessoa no mundo de hoje, aqui, no Brasil. A programação, conteúdo e experiências desta linha tentavam levar a pessoa a um relacionamento íntimo com Deus que conduzisse a um relacionamento de amor fraterno com os irmãos. A **segunda** linha, um aprofundamento do significado da vida religiosa, no

Brasil, hoje, e a vivência duma comunidade religiosa fraterna motivada. A **terceira** linha, era de um incentivo apostólico e missão atualizada e criativa.

A dinâmica do curso consistiu em aulas, reflexão individual e em grupos, troca de experiência, oração individual e comunitária, participação nas responsabilidades da comunidade do curso, atividades sociais, orientação espiritual individual e um retiro dirigido de oito dias de silêncio e oração orientada individualmente por um orientador.

Para atingir os objetivos, seguindo essas linhas e usando essa dinâmica, os participantes seguiram o seguinte programa:

O primeiro dia consistiu de exercícios de entrosamento para iniciar a vivência comunitária. Isso foi seguido por um dia de reflexão e prática de oração para criar o ambiente de oração que reinava durante o curso todo. **A primeira semana** tratou da Teologia da Vida Religiosa que consistiu de colocações, reflexão bíblica individual e grupal, partilha da experiência de Deus. Os assuntos apresentados foram: **conversão, o sentido da vida religiosa, o primado absoluto de Deus, seguimento de Jesus**. O significado e vivência dos votos, a vida comunitária, o carisma de fundadores e dos institutos. **A segunda semana** concentrou-se na vivência comunitária na vida religiosa. Depois de um levantamento das aspirações e dificuldades dos participantes a respeito da vida comunitária foi apresentado o conceito e necessidade da comunicação.

Um ponto chave no relacionamento interpessoal é a aceitação e não aceitação do outro, a identificação dos problemas que surgem no relacionamento. Este assunto foi amplamente abordado com exercícios práticos. Também houve um treinamento na técnica de uma reunião de decisão. Nesta semana também houve um dia inteiro de oração orientada. **A terceira semana** tratou da aceitação de si mesmo dentro do assunto de Dimensões da Psicologia para a Vida Religiosa. Não foi um curso teórico de psicologia mas seis dias de pequenas refeições e bastantes exercícios práticos.

Nas duas semanas seguintes tratou-se de vários assuntos abordados em dois e três dias: **Sagrada Escritura, a composição dos Evangelhos e orientações da leitura e oração com a Palavra de Deus**, pistas para uma compreensão e penetração melhor. Dois dias sobre **a missão** apresentaram uma visão da **realidade brasileira e a missão do religioso nesta realidade**. **Teologia Hoje** considerou o sentido da teologia e a importância de atualização dando indicações para um contínuo estudo de assuntos teológicos. Três dias importantes foram dedicados à reflexão sobre o senso crítico, instrumentos de análise e esquemas mentais que ajudaram os participantes entenderem como eles se situam perante a realidade de si mesmos, Deus, os outros e o mundo. O último dia antes do retiro deu oportunidade aos participantes a refletir sobre o seu crescimento durante o curso e fazer um **planejamento para a vida**.

Os últimos oito dias são ocupados pelo **Retiro Dirigido**. Isso é um momento privilegiado em que o foco está na oração pessoal do indivíduo em que a pessoa confronta sua vida e tudo que passou nestas seis semanas com a Palavra de Deus.

Todo este programa foi enriquecido pela vivência comunitária. Cada manhã houve oração de manhã, preparada pelos participantes e no final do dia a celebração eucarística. Um passeio, recreios comunitários, jornal mural e bate-papos, todos contribuíram para o crescimento.

Houve dois cursos no segundo semestre de 1977. **CERNE I**, de 19 de agosto a 30 de setembro: com 37 participantes (6 padres e 31 irmãs) provindos de 13 Estados do país e representando 25 Congregações. **CERNE II**, de 14 de outubro a 25 de novembro: tinha 40 participantes (4 padres, 3 irmãos e 33 irmãs) provindos de 12 Estados e representando 24 Congregações.

Os resultados

A avaliação feita pelos 40 participantes do CERNE II fornece a resposta. Todos disseram que o CERNE alcançou os objetivos propostos. Para todos CERNE foi um ponto de partida para crescer mais. Na citação de dois aspectos que ajudaram mais, foram apontados: a vivência comunitária, as dimensões psicológicas para conhecimento pessoal, a vida de oração e liturgia, o retiro dirigido e a teologia da Vida Religiosa. Outros elementos destacados incluíram orientação espiritual, valorização das

potencialidades, esquema mental, trabalho em equipe, testemunho da coordenação, visão da unidade para um crescimento progressivo, toda a espiritualidade, respeito às pessoas e Sagrada Escritura.

Os seguintes depoimentos que são excertos dos testemunhos dos participantes, dão uma idéia do que o CERNE foi para eles.

“É um novo pentecostes para a vida religiosa”. “Tomada de consciência para uma nova caminhada. Para mim atingiu de fato o Cerne da minha vida”. “Dá-nos uma visão bem clara daquilo que devemos ser mediante a busca do essencial, através de um aprofundamento da vida de oração. Desperta-nos para o cultivo pessoal”. “É orientação para vida”.

“Foi para mim: Graça, pois me abriu horizontes sobre mim mesmo. Com o reconhecimento e valorização das potencialidades pessoais colocou-me na posição e disponibilidade ativa para minha comunidade e aos irmãos”. “Uma redescoberta de novos valores. Abriu-me novas pistas. Nova visão quanto à oração e experiência de Deus”. “Um re-situarme no serviço do Reino. A superação de uma crise.” “Revelação de uma grande riqueza, que estava apagada em nós”.

ATENÇÃO

Você encontra mais Depoimentos e Testemunhos às páginas 85 e 104 e na terceira capa.

EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS || E CATEQUESE

A salvação é oferecida ao homem na história. Não é uma verdade abstrata. Ela se manifesta na sucessão e progressão do tempo. Ora, o cristão é um homem de seu tempo. Comprometido numa história concreta, divina e humana. Sua vida não se pode esgotar no pessoal. Tem de se prolongar no social.

Irmã Vilma Moreira da Silva, FI

Mogi das Cruzes, SP

INTRODUÇÃO

O tema que trataremos neste artigo tem uma dupla finalidade: a) Dar continuação aos temas já desenvolvidos em **Convergência** na linha de preparação e seguimento do Sínodo de 77 sobre a Catequese. b) Tentar relacionar esse tema, de capital importância, com o método inaciano dos Exercícios Espirituais, que está ajudando a tantos religiosos a descobrir novos horizontes de vida espiritual e de compromisso pessoal e comunitário com o Senhor e os irmãos.

O ponto de partida do trabalho é o Sínodo da Catequese visto sob três ângulos: • o da relação entre a Catequese e a Evangelização • a referência a Medellín • algumas perspectivas sinodais.

Como o tema “Catequese e Evangelização” já foi amplamente apresentado na **Convergência** não vamos nos deter muito na primeira parte. Na segunda parte — mais extensa — abordamos o tema dos Exercícios de Santo Inácio em sua relação com a Catequese. Dada a conexão entre a Catequese e a História da Salvação, pareceu-nos especialmente interessante ressaltar o estudo desse tema.

Outro aspecto que nos questionou, sobretudo a partir de algumas colocações dos Padres Sinodais, foi o da **dimensão social** da Catequese e a dos Exercícios. Pareceu-nos especialmente interessante apresentar duas anotações dos Exercícios: a 18 e a 19, como um “possível método catequético” para os nossos dias e bem dentro do espírito da Congre-

gação Geral XXXII da Companhia de Jesus quando fala dos Exercícios Espirituais como instrumento de ajuda para a formação de cristãos adultos. No Decreto IV lê-se o seguinte:

“Os estudos feitos para redescobrir o seu dinamismo próprio (dos Exercícios Espirituais) em função de nosso tempo, devem ser estimulados e da mesma maneira as experiências conducentes a adaptá-los às necessidades novas. Este espírito dos Exercícios deve, além disso, penetrar todas as outras formas do ministério da Palavra às quais nos entregamos”(1).

1. O SÍNODO DA CATEQUESE

1.1. Catequese e Evangelização

O artigo de Carlos Palacio, S.J., na **Convergência** de setembro de 1977 apresentou um exame exaustivo e profundo da relação entre a Catequese e a Evangelização no intervalo dos dois Sínodos. Nele o autor mostrou a generalização progressiva do termo “evangelização” para designar **todo o processo da educação da fé** (E. N. VI) já que, como realidade viva, a evangelização não pode ser reduzida a um só de seus elementos (E.N. 17).

Na “*Evangelii Nuntiandi*” a Catequese é considerada uma via da evangelização, um método de ensino religioso que visa a formação de hábitos religiosos e deve ser adaptada à cultura, idade e capacidade das pessoas (E.N. 44).

O Documento preparatório ao Sínodo de 77 — ou seja, o texto-base para as discussões sinodais — revela “um estreitamento do conceito de catequese e uma regressão com relação à teologia do Sínodo de 74 e a “*Evangelii Nuntiandi*”(2). Revela também certa ausência de reflexão sobre as funções e relação da Catequese com a Evangelização (3). A Catequese é considerada **um aspecto do anúncio do evangelho** (p.3); uma aplicação específica da evangelização (p.5) e até identificada com ela como sua expressão específica (p.24). Parece ser, em sentido estrito, “a forma da evangelização”. Continuando a análise do documento, Palacio adverte que, por trás da linguagem, transparece “uma teologia diferente da Igreja e da Missão” (4).

Algumas intervenções, sobretudo de bispos latino-americanos, na linha do Documento de Medellín, levaram a vislumbrar uma conceituação mais precisa e atual e de maior horizonte teológico-pastoral. É por isso — e pela grande contribuição que Medellín deu à Catequese e à vida da Igreja latino-americana — que queremos remontar-nos ao Documento, antes de referir-nos ao Sínodo.

1.2. A visão de Medellín

O documento, na parte dedicada à Catequese, acentua a **visão histórica do homem e da sociedade**, num mundo tão marcado pela miséria, injustiça social e estruturas de pecado e opressão como o nosso. Nesse sentido afirma:

“Ao apresentar sua mensagem renovada, a catequese deve manifestar a unidade do plano de Deus. Sem cair em conclusões ou identificações simplistas, deve-se manifestar sempre a **unidade** profunda que existe entre o plano salvífico de Deus, realizado em Cristo, e as aspirações do homem; entre a história da salvação e a história humana; entre a Igreja, Povo de Deus e as comunidades temporais; entre a ação reveladora de Deus e a experiência do homem; entre os dons e carismas sobrenaturais e os valores humanos (5).

O documento assinala ainda a **dimensão social da catequese** afirmando que o processo de transformação social do Continente lhe traz novas exigências. “É sua tarefa ajudar a evolução integral do homem, dando-lhe seu autêntico sentido cristão, promovendo sua motivação nos catequizados e orientando-a para que seja fiel ao Evangelho” (6).

É nessa visão mais ampla que nos queremos basear ao estabelecer a relação entre Catequese e Exercícios Espirituais. Olhamos a Catequese como **um meio de inserção mais profunda do homem no Plano de Salvação de Deus**, inserção de um homem concreto, que quer ser sujeito de uma História Salvífica que não se separa da humana, porque Deus se encarnou nela e, ao fazê-lo, fez de duas histórias uma só História de Salvação. Esse nos parece ser, aliás, o caráter que tomou o trabalho do recente Sínodo como veremos.

1.3. Primeiras perspectivas sinodais

Ao apresentar seu tema, Dom Aloísio insistiu em que o documento base — “Instrumentum laboris” — não tinha em vista fornecer tratado orgânico sobre a catequese (existem já documentos importantes como a “Evangelii Nuntiandi”) e nem desejava cair em casos particulares. Julgou-se mais conveniente insistir na necessidade de relacionar a catequese com a doutrina e vida da Igreja, escolhendo-se para isso os seguintes critérios de referência:

A catequese pertence à missão profética da Igreja; tende a descer à vida prática; edifica a fé dos batizados; tem presentes as exigências do tempo, cultura, etc., tem presente a missão da Igreja inteira.

Com relação a questões particulares, o “Instrumentum laboris” não tem em conta todas as situações mas sim as mais significativas (7).

A partir dessa colocação, os Padres sinodais — especialmente do Terceiro Mundo — apresentaram intervenções muito válidas às quais queremos aludir, porque nos parece que vão contribuir bastante para esclarecer o conceito de Catequese e ao que queremos tratar sobre os Exercícios Espirituais.

Já no primeiro dia de discussão, Dom Paulo E. Andrade Ponte, falando em nome dos bispos do Brasil, pediu um **aprofundamento no conceito de catequese**. Procurou mostrar como a catequese na linha do conhecimento não se reduz a

uma pura instrução doutrinal. Depois do Vaticano II aceita-se de bom grado que a catequese seja definida como **“processo de educação para levar à maturidade da fé”**; mas não tudo pode ser definido como catequese na educação da fé; esta depende também de muitas outras causas. É preciso levar em conta na catequese que **“a conscientização que leve a uma interpretação existencial cristã, não pode às vezes surgir senão de se considerarem as situações concretas da vida e a mentalidade que dá sentido a esta, para tornar perceptível a mensagem evangélica”** (8).

Ainda no mesmo dia o Arcebispo de Nagpur, Índia, falando em nome da sua Conferência Episcopal, assinalou dois pontos que nos parece que devem ser destacados e que se relacionam de modo especial com o tema deste artigo:

a) É preciso descobrir a presença salvífica de Deus na catequese e encontrar Deus no Espírito de Jesus Cristo, nas situações da própria vida.

b) É preciso que a catequese ajude a dar sentido à vida e a descobrir o plano divino à luz da Palavra de Deus (9).

A intervenção de Dom João de Rezende Costa apresenta alguns critérios de uma autêntica catequese entre os quais salientamos: o fato de a catequese conduzir a Cristo pois é adesão a Ele; realizar uma experiência de vida de comunidade, de Igreja; **inserir o homem no mistério pascal** cujo dinamismo leva o cristão a participar na **encarnação** (assunção de valores terrenos), **mor-**

te (luta contra o pecado) e **ressurreição** (experiência, na graça, da transfiguração do mundo); servir a humanidade através da ação em favor da justiça e da liberdade integral do homem à luz do Evangelho (10).

O Cardeal Landázuri, de Lima, lembrou o passo dado pelo Vaticano II com relação à evangelização e catequese e disse que seria imperdoável que **“devido a um imobilismo falsamente ancorado na tradição, se acumulassem estes impulsos tão úteis para a catequese. Lembrou também a necessidade de propor o mistério de Cristo em linguagem clara e acessível à mentalidade moderna, pedindo que o novo documento complete a “Evangelii Nuntiandi” e proponha pistas para uma nova ordem social** (11).

Esta intervenção, juntamente com a de Dom Adriano Hypolito e a de Dom Paulo Ponte parece ter dado nova dimensão aos Padres Sinodais, sobretudo no que se refere à **dimensão social da catequese**.

Dom Adriano Hypolito observou o seguinte: **“a questão fundamental que se deve considerar consiste em identificar quem é o homem a quem é anunciado o mistério de Cristo, isto é, o homem concreto que vive nesta época. É útil à Igreja conhecer o que diz do homem a ciência antropológica, a fim de estudar melhor as predisposições do mesmo para colher a mensagem da salvação e encontrar um método adequado de catequese”**. Assinala depois a importância da **dimensão social da formação para a justiça social na catequese** (12).

O Cardeal de Madri insistiu ainda na ligação entre o mistério de Cristo e o respeito pela dignidade da pessoa humana e no dever que têm os cristãos de promover a justiça social, bem como de evidenciar o nexo entre o mistério de Cristo e o valor central da liberdade no Novo Testamento (13).

No Documento final do Sínodo, a Catequese é definida no nº 1 como “atividade eclesial que se exige constantemente vivida e ativa pela difusão da Palavra de Deus e por um mais profundo conhecimento da pessoa e da mensagem de salvação... e que consiste na ordenação e progressiva educação da fé ligada a um contínuo processo de amadurecimento desta mesma fé”.

Reconhece a complexidade da ação catequética (nº 5) e suas pluriformes exigências hoje. As falhas que surgem na catequese, fruto de uma falta de senso de realismo, constituem uma infidelidade para com o Evangelho e o homem, por não responder aos questionamentos de nosso tempo (nº 6). O centro da Catequese — como palavra, memória e testemunho — é o anúncio do Mistério de Cristo em sua totalidade (nºs 7-10). Deve proporcionar uma verdadeira visão cristã do homem e do mundo (nº 16).

Entretanto, ao terminar de ler a Mensagem, fica-nos a impressão de que não foi aprofundado como se esperava o aspecto social da Catequese.

2. OS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS DE SANTO INÁCIO

2.1. A originalidade inaciana

Os Exercícios de Santo Inácio não são um livro inspirado por Deus como se diz às vezes; nem um livro de leitura fácil ou difícil mas sugestiva; nem uma coleção completa de instruções sobre a vida espiritual. São, sim, um método concebido por Inácio de Loyola, para levar o homem a participar mais plenamente na História da Salvação; “um exercício intenso de fé, esperança e caridade para fixar-nos definitivamente, se possível, no plano maravilhoso da vontade de Deus por Jesus Cristo” (14).

Para estabelecer alguma relação entre os Exercícios Espirituais e a

Catequese, temos que remontar-nos à época de Santo Inácio, no século XVI, e à sua experiência em Manresa ao ensinar a doutrina aos que ele chama “rudes”. Ali Inácio não tinha ainda estudos teológicos; nem tinha sido redigido o célebre Catecismo de Trento que pautou os ensinamentos doutrinários da Igreja durante tanto tempo. O certo é que Inácio queria ensinar a todos — desde os mais simples até os mais letrados — a inserir-se no plano de amor de Deus, transmitindo-lhes assim sua própria experiência de vida cristã. Usou para isso dos meios de instrução doutrinária ao seu alcance, a partir dos mais rudimentares. A experiência de Deus e dos irmãos, unida à sua capacidade de percep-

ção e discernimento e ao desejo de buscar em tudo o melhor serviço e a maior glória de Deus, levaram-no a intuir esse método dos Exercícios que se tornou clássico na Igreja.

Muita gente tentou o mesmo antes e depois de Inácio. Entretanto, a originalidade inaciana está no método, ou seja, no modo de cada pessoa aplicar a si mesma a História da Salvação; tem que entrar nela, como um personagem atuante que vivencia o Mistério e se deixa transformar por ele para contribuir, por sua vez, à transformação da História.

O livro dos Exercícios constitui assim um fruto da experiência pessoal de Inácio. Como tal ajuda o exercitante — e o orientador — a viver uma experiência espiritual profunda e transformante. Contém para isso temas de oração — que são como que o fio condutor do itinerário espiritual — e uma série de avisos, notas e regras referentes à oração e crescimento na resposta ao Plano de Deus. Cada pessoa deve procurar usar de todos os meios que mais a ajudem a inserir-se na História da Salvação.

A originalidade de Inácio está também no modo de ajudar cada pessoa a colocar-se em atitude de escuta e de inserção no Plano do Senhor (15). Cada um se compromete como pessoa e como membro desse Povo. Os Exercícios têm uma dimensão fortemente pessoal de compromisso, mas levam a uma forte consciência social de responsabilidade na construção de uma ordem social mais justa e fraterna.

O homem que se compromete a vivenciar em sua existência o Mistério Pascal de Cristo é alguém que, para fazê-lo, está decidido a engajar-se definitivamente no plano da Salvação.

Daí que os Exercícios só possam ser concebidos no contexto da História da Salvação e como um modo de aplicá-la a cada pessoa.

É justamente aqui que vemos sua relação mais direta com a Catequese. Inácio visou o que visa hoje a catequese eclesial: **a transformação do cristão em Jesus Cristo**. Buscou, para isso, um método que vai sendo adequado às necessidades de nossos tempos; a catequese, através dos tempos, vai descobrindo também os métodos mais eficazes de transmissão da mensagem; os Exercícios, como a catequese, constituem um processo de educação da fé e na fé, com modalidades distintas. Há sobretudo duas anotações deles — a 18 e a 19 — que trataremos posteriormente, que podem ser relacionadas mais especificamente com a Catequese. Queremos, entretanto, antes disso, estabelecer mais claramente a relação entre os Exercícios Espirituais e a História da Salvação.

2.2. Os Exercícios e a História da Salvação

Os Exercícios Espirituais só podem ser compreendidos dentro da totalidade da História da Salvação. São um método para penetrar mais vivamente nela, método, aliás, muito de acordo com o tempo de Santo Inácio e que conserva ainda hoje

sua originalidade. Pode e deve ser continuamente adaptado às exigências de nossa época como nô-lo demonstram estudos recentes (16).

Antes de relacionar sinteticamente os Exercícios com a História Salvífica, vamos buscar num especialista em ambos temas o seu significado.

2.2.1. Três acepções da História da Salvação

Num estudo do tema, o P. Carlo Martini, S.J., assinala três significados para o termo:

a) A expressão Histórica da Salvação quer significar que a **salvação nos é oferecida no tempo, na história** e não como uma verdade abstrata e intemporal. Os fatos nos quais devemos inserir-nos para penetrar nela são os expressos na proclamação querigmática ou pregação da comunidade primitiva (At 2,22-36; 3, 11-26) ou seja, os grandes fatos que culminam com a morte e ressurreição de Jesus. São os mesmos que o Símbolo Apostólico nos apresenta e que constituem uma síntese da História da Salvação, centralizada na encarnação, vida, morte, ressurreição e ascensão de Jesus. Nossa inserção nesses fatos salvíficos se dá hoje mediante os Sacramentos e outras atividades de vida cristã, entre as quais se destacam os Exercícios.

b) Um segundo significado nos ensina que o termo História da Salvação quer significar que a salvação

não só se nos ofereceu no tempo, senão que além disso **ela se nos oferece numa sucessão e progressão temporal**. Daí que, ao apresentar a experiência da salvação nos Exercícios se deva levar em consideração os momentos fortes que compõem essa História. O fato central ao redor do qual tudo gira e para o qual tudo converge é **Jesus Cristo encarnado, vivo, morto e ressuscitado**. A Anotação 4 que fala da divisão em semanas à qual aludiremos, faz-nos compreender que, nos Exercícios, tudo gira ao redor dos mistérios de Jesus.

c) Um terceiro sentido de História da Salvação é que ela não só se nos oferece no tempo, segundo uma sucessão temporal, senão que **ela é também a chave de interpretação da história; ela é sua verdade** (S.C. 35 §2; D.V. 11). É preciso penetrar a verdade que Deus quis deixar consignada na história. Santo Inácio fala de "tomar o verdadeiro fundamento da história" no sentido geral e particular na anotação 2. Aprofundando essa idéia chega-se a perceber o valor de cada uma das narrações da vida de Cristo quando as relacionamos com a totalidade de seu mistério e em conexão com toda a História da Salvação (17).

O exercitante, ao penetrar no sentido da História em sua dimensão de passado, presente e futuro, entra dentro de um processo de teoria e prática da salvação: a contemplação da História deve levá-lo a uma práxis concreta. Essa práxis é o fruto da experiência de Deus vivida nos Exercícios Espirituais.

2.2.2. A História Salvífica no contexto dos Exercícios

Na análise que faz dos Exercícios e a História da Salvação, sobretudo desde o prisma do Pecado e Redenção, o P. Martini recorda que já Santo Agostinho, em sua obra, "De catechizandis rudibus", expunha o quadro completo da história salvífica em sua catequese; e que a Igreja nunca perdeu de vista a função fundamental da História Sagrada na Catequese.

Se consideramos a estrutura dos Exercícios, vemos que Santo Inácio, pelo fato de estar enraizado na tradição de seu tempo, se alimentava da Bíblia e da Liturgia, ainda que sem considerar teologicamente a História da Salvação. Absorveu do ambiente bíblico-litúrgico os grandes valores da História Salvífica e expressou-os nos Exercícios. Nisto ele se distingue de outros pregadores de retiro de sua época.

A experiência inaciana do retiro está dividida em três partes: a) A consideração do Princípio e Fundamento. b) A divisão em quatro semanas. c) A contemplação para alcançar Amor.

Os Exercícios começam com a consideração inicial do **Princípio e Fundamento**. Nela Santo Inácio procura levar o exercitante a vivenciar o seguinte processo: sentir-se criatura; no mundo material; solidário com outros homens; livre, na linha da disponibilidade (indiferença).

A **Primeira Semana** constitui um convite à conversão, pela consideração dos pecados pessoais e sociais e à contemplação da Misericórdia

de Deus. Não é tempo de auto-análise, ainda que nos leve a descobrir o pecado. A pregação da "metânoia" é a pregação da misericórdia. Considera-se o pecado na dimensão do perdão de Deus. Esta etapa começa fora de nós e continua em nós, levando-nos à conclusão da necessidade da Salvação.

A **Segunda Semana** começa com a Contemplação de Jesus Cristo, já vislumbrado no Princípio e Fundamento como presente na obra da criação. Através da contemplação dos mistérios de sua vida, o exercitante é convidado a **pertencer ao Reino, optar por Jesus Cristo, segui-lo, eleger o que mais o leve à identificação com Ele**. Percorrer a vida de Cristo através do fio condutor que é a Contemplação do Reino — ajuda a uma interiorização progressiva da pessoa e da obra de Cristo porque para Inácio o Reino é fundamentalmente uma Pessoa: Jesus Cristo.

A **Terceira e Quarta Semana** convidam à **Contemplação do Mistério Pascal**: morte, ressurreição, ascensão, o dom do Espírito e a Igreja. Trata-se de penetrar uma dialética de morte e vida para chegar à identificação com Jesus Cristo. O exercitante percebe que fez um caminho, que se realizou nele uma Páscoa, uma mudança radical de critérios: do "eu egoísta" para o "viver em Cristo". É assim que se torna homem novo, ressuscitado em Cristo (Ef 2,15; 4,22; Col 3,10; 2 Cor 6,17). Recebe um coração novo, uma vida nova e passa a olhar o mundo com olhos novos de ressuscitado.

O processo circular dos Exercícios Espirituais termina com a **Contemplação para alcançar Amor**, que é uma volta em profundidade ao que se meditou no Princípio e Fundamento. É uma recapitulação sintética de todo o processo dos Exercícios. Mais do que uma contemplação exterior da criação é uma contemplação da “nova criação” realizada por Deus no homem. O ponto culminante desse processo de interiorização é a oração “Tomai e recebei”: a entrega de tudo ao Senhor porque tudo veio Dele (18).

No contexto atual, adquire especial importância também a **dimensão social** dos Exercícios de Santo Inácio. O cristão que os Exercícios ajudam a formar não pode ser um alienado, desencarnado; deve ser, sim, um homem de seu tempo, consciente de seus deveres e de seu compromisso numa história concreta que é, ao mesmo tempo, divina e humana, história de salvação.

Se o homem não se compromete com o irmão no qual Cristo está presente; se não se decide a viver a diaconia da fé e a promoção da justiça; se não se decide a contribuir na medida de suas forças na construção de um mundo de mais justiça e fraternidade mediante gestos concretos, não tem sentido seu nome de cristão e é inexistente um compromisso histórico de sua parte. O cristão tem que ser — necessariamente — um homem do Evangelho. Os Exercícios, como experiência evangélica, ajudam-no a aprofundar a vivência cristã.

2.2.3. Os Exercícios, experiência evangélica

Os Exercícios Espirituais constituem **uma verdadeira experiência evangélica** que tem por objetivo a maior identificação do exercitante com aquele que é o centro do Evangelho. Para isso, ajudam-no a entrar num verdadeiro **processo de cristificação** (19).

As anotações do P. Géza, S.J., numa das edições brasileiras dos Exercícios, iluminam muito a quem os orienta e a quem os faz, na linha de uma penetração progressiva no Mistério de Jesus Cristo. Desde o Princípio e Fundamento até a Contemplação para alcançar o Amor, ajudam o exercitante a realizar a eleição de Jesus Cristo, numa opção definida por Ele, o que constitui uma verdadeira “cristificação” e “transfiguração” Nele. Daí deve resultar o compromisso com os homens como o de Cristo.

Essa **cristificação** supõe o seguimento e a identificação com o Jesus histórico, profundamente presente na história dos homens. Ele não explica a realidade: apresenta-se como o sentido da História e exige uma transformação do mundo. A práxis de Jesus supõe **uma mudança libertadora das situações de injustiça**. A conversão e o seguimento de Cristo se situam dentro dessas perspectivas e são sumamente exigentes.

Não se deve procurar outra chave de inteligência dos Exercícios diferente da Sagrada Escritura e sobretudo do Evangelho. Se hoje en-

tendemos melhor o Evangelho do que nos tempos de Inácio, isso nos dá a possibilidade de sermos mais "inacianos", porque a substância, o fundamental dos Exercícios é sua **dimensão evangélica**.

É verdade que as categorias mentais do tempo de Inácio não são as de nosso tempo. Possuímos mais sentido de História. A valorização dessa dimensão da existência renovou nosso modo de aprofundar a Sagrada Escritura. Por isso, ao mesmo tempo que devemos tentar compreender o que Santo Inácio quis dizer e sua experiência, temos que traduzi-la fielmente às nossas categorias em termos que falem ao homem de hoje, com a certeza de que a Palavra de Deus é sempre nova (20).

2.3. Dimensão Social dos Exercícios Espirituais

2.3.1. A Congregação Geral XXXII

A **dimensão social** da catequese foi um dos pontos sublinhados pelo Documento de Medellín e por alguns Padres Sinodais, como vimos.

"A América Latina vive hoje um momento histórico em que a Catequese não pode desconhecer o processo de transformação social exigido pela atual situação de necessidade e injustiça em que se acham marginalizados grandes setores da sociedade. De acordo com a Teologia da Revelação, a Catequese atual deve assumir totalmente as angús-

tias e esperanças do homem de hoje, a fim de oferecer-lhe as possibilidades de uma libertação plena, as riquezas de uma salvação integral em Cristo, o Senhor" (21).

De fato, hoje, na América Latina, no Terceiro Mundo e em qualquer sociedade que viva sob estruturas de opressão, uma verdadeira catequese supõe especial atenção à problemática social. Podemos dizer o mesmo com relação aos Exercícios de Santo Inácio. A XXXII Congregação Geral da Companhia de Jesus acentuou — de modo especial — a relação entre a Diaconia da Fé e a Promoção da Justiça (22).

Para vivenciar o serviço da fé e da justiça, pede "uma revisão dos nossos tradicionais métodos apostólicos, das nossas atitudes e das nossas instituições, para tudo adaptar às novas exigências de nossa época, e, mais amplamente, a um mundo em mutação acelerada". Para isso é necessário o **discernimento** ensinado por Inácio na experiência dos Exercícios e que deve ser utilizado para conhecer os homens de nosso tempo e suas aspirações (23).

Na linha do serviço da fé e justiça, os Exercícios constituem o meio de **refontalização apostólica** de seus membros, mas também para confirmar-lhes a vontade de ser companheiros de Jesus na sua missão e como Ele, solidários dos pobres, para colaborar no seu Reino. É nessa experiência que o jesuíta deve ir assimilando pouco a pouco a pedagogia apostólica de Inácio que deve caracterizar toda a sua ação (24).

2.3.2. Significado da dimensão social

A dimensão social dos Exercícios não é uma horizontalidade de relações humanas separadas de Deus; não é negação da relação filial, e sim seu enriquecimento, porque mostra ao homem sua vocação de fraternidade e solidariedade. Não é uma redução dos Exercícios ao aspecto político e sim uma inclusão do político dentro do aspecto da liberdade humana responsável diante de Deus e dos irmãos. Deus deve ser conhecido e amado no exercício de sua vontade transformadora do mundo. Deus quer um mundo melhor. Os Exercícios, como escreve Ricardo Antoncich, S.J., “são uma pedagogia da decisão livre no amor”. É livre para optar quem não está alienado. Há uma diferença básica entre o conceito de alienação de Marx e o de Inácio de Loyola. Para Marx a alienação é uma consequência do serviço de Deus. Servir a Deus é marginalizar-se, deixar de ser criador de si mesmo e da história. Para Inácio ser livre é a meta suprema do homem e o serviço de Deus um gesto de liberdade. Só se pode servir livremente quando se superou a alienação. O processo de eleição proposto por Inácio supõe “uma metodologia de superação das alienações que impedem uma leitura da história à luz da vontade de Deus”.

Daí a necessidade de uma tomada de consciência do pecado social, político, histórico, juntamente com a tomada de consciência do pecado pessoal; daí a perspectiva social da visão do Reino de Cristo. Seguir a

Cristo, entrar num processo de cristificação não é só fruto de uma decisão pessoal; é também a realização de uma ordem social justa; “é objetivação — nas estruturas sociais — de um amor nascido sob a inspiração de Jesus Cristo”.

Também a Contemplação final dos Exercícios — sua síntese — a “Ad Amorem”, olhada numa perspectiva social, ensina a ver “as coisas, pessoas, relações, não só como resultado e efeito de um ato criador do amor do Pai, senão também como objetivações históricas de um amor fraterno, como resposta ao convite do Pai”.

Seria uma injustiça desconhecer hoje a dimensão social dos Exercícios. Santo Inácio viveu no século XVI mas seu método não pode ser reduzido a essa época. Tem que ser continuamente atualizado e adaptado como, aliás, se pode deduzir do mesmo uso feito dele por Inácio, seus companheiros e os que os sucederam (25).

2.4. A Anotação 18 e a experiência catequética

Quando se fala em Exercícios Espirituais de Santo Inácio pensa-se logo no “retiro de mês” e também nos oito dias que muitas Congregações religiosas e inclusive leigos reservam anualmente para rever a vida à luz da Palavra de Deus segundo o método de Inácio.

Entretanto, os Exercícios Espirituais não são dados somente àqueles que se dispõem a dedicar um mês ou oito dias seguidos a eles.

Muitas pessoas hoje, de acordo com uma pesquisa internacional realizada pelos jesuítas, querem fazer os Exercícios com temas de Liturgia, Sagrada Escritura, Sacramentos, Pastoral, Mariologia, espiritualidade comunitária, etc. (26).

É certo que Inácio não pensou nesses termos e nem poderia fazê-lo. Era homem de seu tempo e a espiritualidade da Idade Média e a visão da vida cristã de então estavam cheias de conceitos procedentes da Teologia Escolástica. É difícil adaptar o ponto de vista da piedade medieval da qual os Exercícios são tributários em diversos aspectos, a uma espiritualidade que satisfaça o homem contemporâneo (27). Entretanto, há uma anotação nos Exercícios que ilumina bastante a sua relação com a catequese e nos apresenta outra intuição inaciana de aplicar seu método. Diz o seguinte:

“Décima oitava: os exercícios espirituais devem ser aplicados conforme a disposição das pessoas que desejam recebê-los, isto é, conforme a sua idade, instrução ou talento, para que não se dêem, a quem é rude ou de pouca resistência, coisas que não possa suportar sem fadiga e de que não possa tirar proveito. Por outro lado, dar-se-á a cada um, segundo queira dispor-se, aquilo de que mais se possa ajudar e aproveitar” (An. 18a).

Observa-se aqui facilmente que Inácio quer que se conheça o exercitante em suas disposições naturais e espirituais; que os Exercícios devem ser dados somente a quem tem

verdadeiro interesse de fazê-los e de acordo com a capacidade de acolhida de cada um.

Na segunda parte da anotação Santo Inácio fala de dar exercícios da primeira semana, sem chegar à Eleição, a quem não seja capaz de fazê-los integralmente. Trata-se, portanto, de dar uma espécie de “catequese inicial sobre a vida cristã” para quem, por motivos intelectuais, físicos, espirituais, etc., não está apto para fazê-los em sua integridade.

Outro tipo de Exercícios que chamaríamos de “leves” está descrito na parte central da Anotação. Compreendem o ensino de métodos para exercitar-se na organização da vida espiritual: oração, exame, mandamentos, sacramentos, etc. Em sua experiência pastoral Inácio tinha constatado que muitos cristãos, apesar de sua cultura catequética e religiosa, não viviam na graça de Deus. Daí a apresentação de um como método catequético para ajudá-los a penetrar mais na essência do Cristianismo. O mesmo acontece com as pessoas ignorantes em matéria religiosa e necessitadas de catequese. Já não se trata aqui de dar-lhes um complemento de cultura com explicações catequéticas e meios e instrumentos adequados para que façam uma verdadeira experiência religiosa. O que lhes oferece Santo Inácio é uma síntese do catecismo em seu aspecto prático concreto. Com esses “exercícios catequéticos” Inácio deseja ajudar a diminuir a ignorância religiosa de seu tempo esclarecendo pontos fundamentais da doutrina cristã. Trata-

se para ele de verdadeiros exercícios e não simples aulas de catecismo. Por isso inclui neles a operação preparatória, a reflexão, o exame e o colóquio com Deus.

É interessante constatar que este foi o primeiro tipo de Exercícios dados por Santo Inácio quando ainda era leigo, em Alcalá de Henares, por exemplo. Eram Exercícios abertos, dados individual ou coletivamente, durante meia hora cada dia, a quem o procurava para isso, durante quase um mês. Obteve com o método várias conversões e também “suspeitas de heresias” (28).

Este foi também o método usado pelos primeiros companheiros de Inácio, por exemplo, São Francisco Xavier, nas Índias. Suas catequeses eram dadas em clima de oração e de experiência espiritual (29). Lainez chegou a dar assim os Exercícios a protestantes e Nadal aconselha o mesmo: que sejam dados em clima de oração e experiência espiritual, olhando-se mais o que nos une a eles do que o que nos separa deles, sem falar-lhes, por exemplo, de confissão (30).

Falando deste método, o P. Guidetti, SJ, faz o seguinte comentário: a Anotação 18 foi escrita antes do Concílio de Trento, quando não havia catecismos nem instrução catequética. Daí o clima catequético querido por Inácio para seus Exercícios. Depois de Trento foram feitos os catecismos e este método foi abandonado. A pergunta agora seria: num mundo como o nosso, que voltou a ser pagão, “não será importante que reabilitemos este tipo de Exercícios ‘leves’ para avivar a fé, já que os

Exercícios completos de Santo Inácio supõem uma fé viva?” (31).

É interessante notar que, no final do artigo, o P. Guidetti alude ao fato de João XXIII que habitualmente fazia os Exercícios com os jesuítas em Ayas Pasa ter dedicado uma vez 6 dias a esse tipo de Exercícios leves, meditando sobre o “Misere-re” de acordo com a Anotação 18, tomando quatro versículos por dia. E, conclui Guidetti: “João XXIII não teve a menor dificuldade em fazer um ano Exercícios leves e ninguém vai chamá-lo de ‘rude’ em matéria religiosa” (32).

Este parece-nos ser o método de dar os Exercícios mais diretamente relacionados hoje com a Catequese e que poderia ser mais desenvolvido com grande proveito. Entretanto, queremos referir-nos também de modo articular à Anotação 19 por sua atualidade e pela relação que pode ser estabelecida entre ela e o aprofundamento no Ministério Cristo.

2.5. O “Retiro na vida”

É este um método de Santo Inácio de dar Exercícios que está sendo como que “redescoberto” com duas modalidades: A primeira, seguindo a Anotação 19 dos Exercícios. A segunda, com **tempos intensivos e tempos extensivos** de oração.

Em qualquer das duas modalidades, trata-se de um aprofundamento — e dos mais eficazes — da História da Salvação.

Este tipo de Exercícios foi chamado pelo P. Gonzáles de Cámara já no século XVI (1555) de “exer-

cícios abertos” em oposição aos **“exercícios fechados”** ou de mês. Diz textualmente: “Chamo exercícios abertos quando o que os toma não está de todo recolhido e somente tem algum tempo para as meditações, saindo todavia a entender em suas ocupações” (33).

Os Exercícios descritos na Anotação 19 eram dados por Inácio e seus companheiros a pessoas que não podiam dedicar um mês inteiro ao retiro; tomavam, entretanto, um tempo diário para rezar, sob a orientação de um instrutor que os visitava em sua casa ou que os recebia na sua (34).

O P. Van Schoote os tem dado durante vários anos em Lovaina na primeira modalidade a que aludimos. De sua experiência tomamos algumas das anotações que seguem sobre o método utilizado (35). Este tipo de Exercícios supõe preparação da pessoa: que ela aceite as exigências de colocar-se em processo de fazê-los durante um tempo mais ou menos longos (em geral de 3 a 4 meses). Supõem um tempo diário de oração durante três dias sobre cada tema (correspondente a três tempos de oração diária no mês de exercícios), sendo o terceiro o que Santo Inácio chama de “aplicação de sentidos” (36).

Oração e trabalho diário se unem, assim, sem dicotomia, de modo que o critério de uma boa oração será um bom trabalho e vice-versa. O exercitante descobre que é compatível a oração com o trabalho intenso e também que a oração intensa ajuda o trabalho. Facilita também o

aprofundamento na fé. Existem em nosso interior muitas regiões de ateísmo e incredulidade que exigem tempo e paciência de conversão. O contato com o diretor ajuda o homem a sair da solidão e confrontar-se com outra pessoa num clima de diálogo e amizade.

Queremos referir-nos de modo especial ao tipo de Exercícios que se está chamando **“Retiro na vida”**. A experiência e participação em alguns deles tem-nos mostrado sua extraordinária eficácia pessoal e apostólica. Muitas comunidades, ajudadas por subsídios que vão surgindo, sobretudo na Equipe de Itaici, tem-nos realizado com grande proveito (37).

Um dos modos de fazê-lo é recolher-se durante quatro dias, quatro vezes no ano, para ter tempos fortes — **intensivos** — de oração. Em cada uma dessas vezes se dá uma visão geral de cada uma das etapas ou semanas dos Exercícios, com as diversas anotações referentes a modos de orar, adições, regras de discernimento, etc. Depois os exercitantes retomam o mesmo assunto durante dois meses e meio, mais ou menos, no tempo que chamamos de **extensivo** — o que supõe um ritmo diário de oração. Passa-se assim não já um mês ou 3 ou 4 e sim todo um ano em clima de Exercícios e Discernimento. Os testemunhos de pessoas que têm realizado esse processo tem-se animado muito a prosseguir a experiência, acrescentando-se agora mais uma etapa final de resumo e revisão.

É interessante notar que este tipo de Exercícios constitui uma verda-

deira catequese no sentido de **apresentação do Kerigma**. O exercitante vai-se inserindo cada vez mais no mistério pascal de Cristo. E o Kerigma desemboca, necessariamente, na celebração litúrgica, que constitui o ponto alto de cada dia nas etapas e na vida.

Muitas comunidades religiosas estão também fazendo a experiência de rezar e partilhar seguindo o processo dos Exercícios, com a ajuda de algum subsídio. Isso tem contribuído bastante para o crescimento pessoal e apostólico dos grupos comunitários, que, numa linha de oração e discernimento, vão tomando cada vez maior consciência de que **SOMOS CONSAGRADOS PELO SENHOR PARA O SERVIÇO DOS IRMÃOS**.

CONCLUSÃO

Refazendo agora o caminho percorrido, parece-nos ter alcançado — pelo menos parcialmente — o objetivo que nos propúnhamos no início: mostrar a relação entre a Catequese e os Exercícios de Santo Inácio, tal como os entendemos hoje.

Se nos detivemos mais especificamente no relativo aos Exercícios é porque o tema é menos conhecido e tratado de um modo geral. A Catequese tem sido tratada sob vários ângulos em “Convergência”; inte-

ressava-nos sobretudo estabelecer a relação dos Exercícios com a Catequese considerada não só numa dimensão puramente doutrinal mas sim como **educação da fé e meio de inserção no Mistério Pascal de Cristo**. É por isso que os Exercícios constituem para nós **uma verdadeira catequese cristológica**. Tal como os concebemos hoje, devem levar a um compromisso bem concreto com os irmãos na **dimensão de fé e de justiça social** que deve ser vivida profundamente por nós como o foi pelo Jesus histórico em seu tempo. Entrar no Reino supõe optar por Jesus Cristo, segui-lo e buscar em tudo a identificação com Ele. As novas formas de dar e viver os Exercícios Espirituais nos estão ajudando a aprofundar essas dimensões.

Terminamos citando a Paulo VI que, numa alocução na Audiência Geral de 29/12/1965, assim se referiu aos Exercícios:

“Devemos difundir esta fonte de salvação e de energia espiritual; devemos torná-la possível a todas as categorias de pessoas: aos adolescentes, à juventude, aos operários, estudantes, estudiosos, pessoas cultas, enfermos, etc... Esse tempo de reflexão intensa sobre temas religiosos, que é precisamente o que caracteriza os Exercícios Espirituais, deve chegar a ser um costume do povo cristão, muito mais difundido do que tem sido até agora”.

NOTAS

1. COMPANHIA DE JESUS, **Congregação Geral XXXII**, Dec. 4, 58. 2. PALACIO, C., **Entre dois Sínodos: Evange-**

lização e Catequese, *Convergência*, setembro 1977, nº 105, p. 409. 3. *Idem*, páginas 409 e 421. 4. *Idem*, página 421.

5. Documento de Medellín, VIII, 4. 6. Idem, VIII, 6 e 7. 7. LORSCHIEDER, A., **Esquema para se discutir, emendar e completar**, L'Osservatore Romano, 16.10.77, página 7. 8. Idem, nota 7, página 8. 9. Idem, nota 8. 10. Idem, nota 7, página 9. 11. Idem, nota 7, página 9. 12. Idem, nota 7, página 9. 13. Idem, nota 7, página 11. 14. GONZALEZ, L. e IPARRAGUIRRE, I., **Ejercicios Espirituales. Comentario Pastoral**. Madrid, BAC, 1965, páginas 624-625. 15. CARLONI, N., MOREIRA, V., **Filhos e Irmãos no Espírito**, São Paulo, Loyola, 1977, páginas 7-8. 16. Entre outros: CUS-SON, G., **Pédagogie de l'expérience spiri-tuelle personnelle**, Bruges-Paris, Des-clée, 1968, 427. FASSARD, G., **La dia-lectique des Exercices Spirituels de Saint Ignace de Loyola**, Paris, Aubier, 1956, 367. COUREL, F., **Exercices Spirituels**, Paris, Desclée, 1963. GONZALES, L., IPARRAGUIRRE, I., obra citada, 1022. GRUPO INTERNACIONAL DE ES-PECIALISTAS, **Los Ejercicios de San Ignacio a la luz del Vaticano II**, Madrid, BAC, 1968, XXX, 842. KOEVECSSES, G., **Exercícios Espirituais**, traduções e anotações. Porto Alegre, 1965, 291. 17. GRU-PO INTERNACIONAL, páginas 105-109. Neste volume há vários artigos que po-dem ser consultados com proveito para um aprofundamento nos conceitos apre-sentados. Por exemplo: COATHLEM, H., **Los Ejercicios y la Economía Histórica de la Salvación**, páginas 116-127. ROE-LANDT, R., **Los Ejercicios y la Historia de la Salvación**, páginas 128-136. FIO-RITO, M., **Alianza bíblica y Ejercicios**, páginas 137-147. 18. CARLONI, N., MO-REIRA, V., ver nota 15, página 8-13. 19. KOEVECSSES, G., **Exercícios Espirituais**, nº 169. 20. ROELANDT, R., **Los Ejercicios y la Historia de la Salvación**, pá-

ginas 128-131. 21. Documento de Medel-lín, VIII, 7 e 6. 22. Companhia de Je-sus, **Congregação Geral XXXII**, Dec. 4: **A nossa Missão Hoje: diaconia da fé e promoção da justiça**, páginas 35-67. Idem, ver nota 22, números 9-10. 24. Idem, ver nota 22, número 38. 25. AN-TONCICH, R., **Dimensión social de los Ejercicios Espirituales. Cuardenos de Espiritualidad**, Lima, ONDEC, 1975, pá-ginas 1-8. É muito interessante o Cader-no 2 da Coleção: Los Ejercicios y el discernimiento espiritual de las opcio-nes políticas. 26. Esta parte está basea-da num artigo de GUIDETTI: **La anota-ción 18. Método olvidado de Ejercicios Ignacianos en los Ejercicios a la luz...** páginas 620-630. 27. STANLEY, M., **Sa-grada Escritura y Ejercicios Espiritua-les, em Los Ejercicios a la luz...** pá-gina 200. 28. Pode-se consultar sobre isso, com grande proveito: CALVERAS: **Los tres modos de orar en los Ejerci-cios Espirituales de San Ignacio**, nú-meros 91-107. IPARRAGUIRRE, I., **His-toria de los Ejercicios**, volume I, Roma-Bilbao, 1946, páginas 2-7. 29. Idem, ver nota 28, páginas 22-33. 30. Monumenta Historica Societatis Jesu, Ep. Nadal, IV, 695. 31. Idem, ver nota 26, página 625. 32. Idem, ver nota 26, páginas 629-630. 33. Memorial de L. González de Cámara, M. H. S. I. **Fontes Narrativi**, I, p. 708. 34. Directorio de Polanco, M. H. S. I. Directoria, página 282. n. 15. 35. VAN SCHOOTE, J. P., **Los Ejercicios de San Ignacio según la Anotación 19. Una fórmula audaz de Ejercicios com-pletos, em Los Ejercicios a la luz...** páginas 639-652. 36. Idem, ver nota 19, páginas 85-86. 37. CARLONI, N., **Ora-ção ao ritmo da vida**, São Paulo, Loyola, 1975. LISBOA, P., **Rezar repartindo**, São Paulo, Loyola, 1975.

CERNE-1 E CERNE-2: DEPOIMENTOS (II)

"Foram, para mim, seis semanas de muito conteúdo, espiritualidade, vi-vência comunitária, conhecimento próprio, vida de oração. Era uma descoberta de Cristo em mim e nos irmãos e na Igreja. Recebi muitas pistas para a vi-vência comunitária e religiosa". "O Cerne para mim era uma luz que abriu novos horizontes". "Uma grande descoberta da Bíblia".

LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

*A luta pela teoria está quase ganha em toda parte.
Agora a luta que se oferece é pela prática, essencialmente.
Reduzir o abismo que separa a teoria e a prática.*

Pe. Hubert Lepargneur, MI
São Paulo, SP

1. Equacionar com precisão o problema que temos em frente

Ao abordar o tema dos direitos, temos consciência de um perigo capaz de tornar vãs nossas palavras, o de produzir um trecho de bravura na linha neotriunfalista na qual o pessoal da Igreja se atribua narcisicamente o papel de saber e fazer o bem, incrivelmente lúcida e severa quanto às taras da sociedade civil e aos vícios dos governos de Estado. O farisaísmo não nasceu ontem nem desaparecerá amanhã. Seria esquecer, entre outras coisas, que várias das práticas hoje condenadas pelos clérigos foram por eles zelosamente exercidas e ensinadas às nações; há tanto tempo, é certo, que os herdeiros eclesiásticos esqueceram, mas nem sempre os povos.

Cabe portanto aos religiosos unir à devida firmeza a modéstia que convém à Igreja histórica. Reconhecendo-nos filhos dos Cruzados e dos Inquisidores e não apenas dos Mártires e dos Missionários da curta época em que eram insuspeitos de colonialismo, apelamos simplesmente para uma lei evangélica mais profunda e mais antiga, que não deixa de nos julgar a nós mesmos. A constante culpabilização do outro, por si, pouco ajuda ao amadurecimento das pessoas e à progressão da história.

Basta termos um pouco de sentido histórico para perceber que criticar hoje a escravatura da antiguidade ou a servidão medieval é tarefa tão fácil como estéril e anacrônica, temos que assumir não as lu-

tas que os outros, no nosso entender, deixaram outrora de assumir, mas os conflitos reais de nosso tempo, que talvez possam se beneficiar de nossa contribuição. Em todas as épocas a porta de entrada da História, para indivíduos ou grupos foi, como ainda é, a afirmação prática de direitos, de muito anterior, em geral, à reivindicação teórica dos mesmos. Entrar na história é entrar na Sociedade, é ingressar no sistema do Direito, é assumir direitos.

Após o triunfalismo anacrônico, um segundo perigo consiste num investimento vago mas sonoro em categorias de alta ambiguidade que reúnem uma falsa unanimidade: liberdade, democracia, direitos dos povos, promoção da mulher, libertação dos grilhões. Claro que estamos a favor, mas quem teria hoje a coragem de se declarar publicamente contra? Neste terreno mais do que em qualquer outro, um discurso abstratamente universalista arrisca ser inócuo. O que precisamos determinar é o que achamos exigível e exequível em dado momento e lugar, os objetos ou objetivos nos quais é mister investir nosso anseio de liberdade, os limites do tolerável nas mútuas concessões exigidas por toda coexistência social.

Nesta altura não basta observar que toda a moral está condicionada pelo tempo e lugar, e que os responsáveis da Igreja têm de transmitir o recado integral da Palavra Revelada, sem se restringirem àquilo que observam pessoalmente. Convém salientar melhor os traços próprios desta parte da ética que diz respeito aos direitos. O conceito de

direito subjetivo é culturalmente muito novo, muito recente. O que lemos no Decálogo não são direitos, são deveres. A problemática dos deveres converteu-se para muitos em simples luta pelos direitos, projeção social dos desejos pessoais ou coletivos que consideram como nobres e eventualmente extensivos aos outros. Terminaram com isso com o insuportável paternalismo, mas, tratando-se de construções ideais (declarações, abaixo-assinados, ideologias políticas, etc.) correm o risco de irrealismo. Só a freqüentação do "outro" na luta permite a elaboração e defesa dos "direitos" com o realismo permitido pela conjuntura. Os direitos de determinadas pessoas encontram então limitação natural nos direitos das outras; os direitos de todas têm também que ser ética e socialmente equilibrados por responsabilidades correspondentes.

Se nós, Igreja, pretendemos à certa objetividade na luta pelos direitos na qual os cristãos da América Latina entraram corajosamente, nunca poderemos esquecer nem os direitos dos com quem temos menos facilidade para nos identificarmos, nem as responsabilidades que acompanham o exercício dos direitos pretendidos. Se não evidenciarmos maior capacidade do que outros no respeito destas limitações ou condições, para que nos serviria no caso o sermos cristãos?

2. Algumas dificuldades prévias

É bom notar também que o assunto "direitos" é altamente emocional, por objetivos que sejam alguns de seus fundamentos. Reivindicar ou negar um direito pessoal atinge algo muito profundo em cada pessoa ou grupo coeso; envolve seu desempenho social; não raro afeta sua figura na sociedade e, por esse meio, sua identidade profunda. Que católico tradicional gosta de reconhecer a Walter Kaufmann o direito de escrever: "Milhões de pessoas têm mais compaixão por fetos do que por crianças famintas e maltratadas, para não nos referirmos às suas mães"? As verdades que nós proferimos, sobretudo em matéria como a dos direitos, nos impedem por vezes reconhecer, ver, entender, as verdades complementares que outros sustentem com igual direito e igual objetividade. Toda defesa dos direitos humanos que não manifesta em nada a capacidade autocrítica do profeta é mais do que suspeita, é brisa soprando nos canaviais.

Oprima-se tanto em nome da Utopia quanto em nome de Interesses imediatos, tanto em nome do Futuro (que "cantará") quanto em nome do Presente (a conservar). Se aos direitos de uns opõem-se direitos de outros, se aos direitos esperados ou prometidos para amanhã opõem-se privilégios mas também direitos justamente adquiridos na sociedade atual, a situação da reivindicação não possui sempre a nitidez e pureza que se lhe atribui entre a evocação utópica e a defesa dos interesses legítimos. Muito dese-

jo de igualdade não passa de desafio à justiça; muito desejo de promoção individual não passa de desafio ao bem comum; muito combate de pobres não passa de desejo de substituir os ricos no seu exato desempenho atual. Em outras palavras, os direitos representam uma categoria muito larga e vaga para ser sempre defendida da mesma maneira, sem concessão concebível.

Sendo construídos e culturais, os direitos não costumam possuir fronteiras nítidas: a determinado tipo de direito de alguém opõem-se por vezes direitos de outras pessoas, baseados de maneira diferente, com uso de outros critérios. A questão das quotas fornece exemplos. Para a entrada, em 1977, na Escola de Medicina da Universidade de Califórnia, 16 das 100 vagas foram reservadas para estudantes prejudicados por alguma desvantagem de origem social (pretos, chicanos, índios, asiáticos ou porto-riquenhos). Allan Bakke, um dos brancos excluídos em razão da regulamentação perfeitamente legal, acusou a Universidade de ter atribuído injustamente a vaga a que fazia jus, a Rita Greenwald Clancy, judia russa cujos pais estiveram em campos de concentração (1). Esse caso e outros evidenciam que a implementação dos direitos depende da justiça geral ou distributiva, para a qual o poder legislativo ou executivo decide soberanamente e não de alguma justiça comutativa ou de direitos naturais, universais e auto-evidentes, imediatamente exigíveis.

Uma defesa genérica, abstrata, portanto, dos direitos humanos em geral, como ainda ocorre no estilo de discurso eleitoral, não carece de fundamento filosófico, mas é totalmente inócua. Toda proposição que suscita batida de palmas de todos os lados é suspeitável na sua eficácia; as divisões aparecem logo se trate dos objetivos concretos ou dos meios de ação. Se a conquista do deserto se opera sem esforço, para que serve? A condição de eficácia é dupla: 1) O ponto de aplicação, o conteúdo específico do direito erguido ou dos direitos invocados deve ser claramente definido; toda luta organizada exige ou supõe estratégia e táticas que determinam quando agir e como. 2) Esta afirmação teórica do direito, baseada de modo geral sobre princípios primeiros ou evidências imediatas dificilmente comprováveis ou contestáveis, deve se relacionar com uma prática, à qual cabe o nome de luta pelos direitos. A prática permite encontrar os obstáculos reais e não os da imaginação; facilita também a redução das ambições exageradas. A afirmação ou reivindicação dos direitos é como o vento: só é eficaz enquanto encontrar um obstáculo, vela de jangada ou pás de moinho.

3. A Igreja na luta pelos direitos

A parte que talvez mais se espera desta contribuição, a saber, a justificação da luta pelos direitos por parte da Igreja, é a parte mais fácil

Cínicos e idealistas entendem-se facilmente sobre os direitos, pelo menos enquanto sua aplicação ou não-aplicação não comporte nenhuma sanção. Em virtude da lei de dispersão dos extremos, não há de admirar que o século que presenciou extraordinária proliferação de campos de concentração e a criação original de campos de extermínio, produção industrial da morte, seja prolífico em matéria de direitos. Essa preocupação em estabelecer limites ao arbitrário das forças históricas guiadas por homens não surge do nada. A Igreja não podia se ausentar do debate, sob pena de perder toda credibilidade; o caso da Igreja Ortodoxa Russa convida todavia a não forçar o argumento. De fato, na Europa, na América do Norte, na África do Sul, e sobretudo na América Latina, a Igreja interveio, freqüentemente a única força organizada a poder fazê-lo, invocando lei natural, solidariedade humana e fraternidade cristã. Ao examinar de mais perto o que ocorreu na Igreja, observamos que as primeiras manifestações tiveram sempre na origem a lucidez e coragem de simples leigos que conseguiram alertar sacerdotes reticentes; despertados, estes conseguiram por sua vez a mobilização de responsáveis religiosos das hierarquias. Hoje episcopados quase inteiros são sensibilizados.

e também a mais dispensável, porque apenas os que não querem reconhecer o óbvio, por ter interesses antagônicos, contestam no seu prin-

cípio este tipo ou setor de atuação eclesial. A justificação radical, ela está na **direito natural**, para quem aceita lidar com esta noção (2); ela está na **Revelação**, para a qual a salvação é global e diz respeito à totalidade do ser humano (3); ela está na **Teologia**, para a qual a ordem da graça supõe a ordem da natureza (4); ela está num certo **consenso cultural** dos povos, expresso pelas Declarações de direitos, pela ONU, de 1948 e 1966 (5); ela está nos **textos eclesiásticos**, para os quais "a Igreja, por força do Evangelho que lhe é confiado, proclama os direitos dos homens..." (6); na América Latina, estes textos são incontáveis, sobretudo a partir da Conferência do CELAM de Medellín (7).

A causa está entendida: apesar de se ter por vezes enganado de lado nas lutas travadas pelos grupos sociais, apesar de ostensiva morosidade em alguns tópicos, a Igreja está legitimamente compartilhando a luta pelos direitos. Uma coisa, com efeito, fica mais do que clara à luz da história (8): a dinâmica principal da obtenção dos direitos não reside na espontaneidade das concessões por parte dos detentores do poder; reside na dura conquista por parte daqueles que pretendem limitar as pretensões e os abusos do poder alheio, a fim de libertar o campo de exercício de direitos próprios.

Agora cabe perguntar se ela entra apenas com as motivações de todo o mundo ou se cultiva uma fundamentação própria. Em resumo, o principal incentivo da Igreja parece ser a sua "consciência da digni-

dade exímia da pessoa humana, superior a todas as coisas" (9); a fé entretém razões específicas para fundar esta dignidade da pessoa humana. O que está obscuro não são estas razões, por transcendentais que sejam, mas as concretizações em termos de comportamentos históricos, do que seja compatível ou incompatível com a dignidade da pessoa humana. A prospectiva ética cristã, a teologia moral, não terminou, nunca terminará sua tarefa de visualização do campo de ação próprio da pessoa humana.

Neste tempo todo, não devemos nos deixar impressionar pelas listas, por oficiais que sejam, dos direitos concedidos ou das liberdades prometidas. Muitas já são as listas que rivalizam de obsequiosidade a respeito. A enumeração da nova Constituição da URSS rivaliza com a lista de **Gaudium et Spes** (menos no tocante à insistência católica sobre liberdade religiosa), a lista da ONU com a proclamação da Constituição Brasileira. A luta pela teoria está quase ganha em toda parte, a luta que se oferece é pela prática, essencialmente, para reduzir o abismo que, por vezes, separa, neste domínio como em outros, a teoria e a prática. No entanto temos aqui o esboço das duas fases do reconhecimento concreto de determinado direito: primeiro o combate para obter do poder responsável um texto oficial, exequível, legitimando ou proibindo certa prática; em seguida, o combate para obter a devida aplicação da norma oficializada.

Compreende-se portanto que uma entidade cuja produção é essencial-

mente teórica pode arvorar facilmente uma estupenda e boa consciência e armar uma irrefutável crítica da atuação dos responsáveis de práticas duvidosas, na área de serviço destes. Nestas matérias é sempre difícil saber quem são os verdadeiros responsáveis, porque qualquer programa de "direitos" arma-se como reivindicatório de direitos para o grupo que nele se exprime, e apontador de deveres para o grupo que lhe é antagônico. Evidentemente cada entidade logo visualiza o ponto fraco não apenas da atuação dos outros, mas até de suas enumerações programáticas. Além da variedade na justificação teórica ou ideológica, a Igreja aponta a defesa insuficiente da liberdade religiosa nas Constituições das "democracias populares"; estas apontam a vacuidade dos "direitos formais" de voto das democracias ocidentais; nestas, a direita aponta a ilusão de pretender partilhar um bolo que só existe no apetite e na cabeça dos socializantes festivos; a esquerda aponta a ilusão dos direitos burgueses que protegem o egoísmo dos possuidores, etc.

Nesta luta, a Igreja não está sozinha do lado da defesa dos homens, de sua integridade, de sua liberdade. Deve usar juízo ao reconhecer no caso amigos e inimigos. Não pode impor suas motivações exatas a todos aqueles que estão ao seu lado. O campo dos direitos é o maior campo para o ecumenismo secular que se apresenta hoje à ação das Igrejas. Espera-se delas que manifestem seus carismas pela isenção de preconceitos discriminatórios, mas se voltem de preferência em

defesa dos mais injustiçados e dos mais fracos, dos casos mais prementes e mais desesperados ou menos amparados, sem olvidar os próximos em benefício exclusivo dos longínquos (para os quais pode-se em geral tão pouco, além das palavras), nem sequer esquecer que os não-católicos são também pessoas, merecedoras de direitos.

Não reconhecer os outros valerosos combatentes desta batalha ou contestar a validade de sua luta para não nos encontrarmos com algumas vítimas de nossos preconceitos seria mais prova de orgulho do que de evangelismo. Reconhecer não que a defesa dos direitos humanos esgota a tarefa evangélica, mas que ela a integra, não é pactuar com os vícios do "capitalismo internacional"; a atitude oposta seria pretexto para entreter um discurso próprio alienante. Suspeitar que o Presidente Carter, que com tanta audácia quanto juízo teve a iniciativa, incomparável na história do mundo, de promover, poder na mão, a defesa dos direitos no mundo entre os fins primordiais de sua administração, não passe com isto de um maquiavélico aproveitador que tenta "uma manobra com a finalidade de esvaziar a revolta dos oprimidos de seu conteúdo político", revela na nossa opinião baixeza sórdida da alma. Se os governos não marxistas não respeitam os direitos dos cidadãos, comerciando com ditadores tirânicos, mostram às claras seu imperialismo e falta de ética; se demonstrarem reticências ao tratar com os Estados que violentam os direitos humanos, são de novo acusados de disfarçar insidiosas manobras imperialistas e

carecer de ética. Para os maniqueístas que pensam assim, qualquer que seja o plano do "outro", ele reflete perversidade. Essa incapacidade de aceitar a motivação cristã do outro, sem ingenuidade mas lealmente, de lhe conceder sequer a capacidade de ser reto no humanismo, por parte dos cristãos — clérigos, religiosos

ou leigos — que unem suas vozes a essas campanhas difamatórias e caluniosas, não demonstra grande sensibilidade evangélica, nem notável coerência na pretensão de defender o povo humilde e melhorar a sociedade. Até os chefes odiados deste mundo possuem legítimos direitos (10).

4. Algumas distinções úteis

Alguns confundem luta pelos direitos e defesa da democracia. Se se entende por este termo a vigência do Estado de direito, a assimilação falta de rigor jurídico, mas não completamente de autenticidade humana. Outros apontam o **habeas corpus** como a meta essencial: o objetivo é mais claro, embora o respeito dos direitos fundamentais não inclua necessariamente o funcionamento desta instituição particular. Alguns não perceberam até que ponto o Presidente Geisel estava com a razão ao dizer que toda democracia é relativa; e mesmo, deixando evidentemente livre a discussão do grau de democracia que convém em determinada conjuntura. Não pode haver unanimidade sobre uma questão tão complexa. Outros confundem democracia e liberalismo (11). Não acreditamos que seja servir "os direitos humanos" entreter os mitos nos quais foram transformados certos conceitos como o de "democracia". Em matéria de direitos também vale o lema: unanimidade quanto ao essencial (não torturar, não massacrar, respeitar a pessoa e a liberdade fundamental do outro...), pluralismo quanto às modalidades cir-

cunstanciais (organização das instituições...). Sugerimos que os militantes da luta pelos direitos interessados em progredir estudem também politicologia.

Entre as várias tipologias úteis, escolhemos propor a seguinte, que convém a nosso desígnio, usada pelo embaixador norte-americano Terence A. Todman. 1) "Antes de mais nada, o direito que tem o indivíduo de estar protegido da tortura, do assassinato, da prisão arbitrária e de outras violações básicas da integridade humana" (12). É nesta categoria que se encontra a maior carga de absoluto, se podemos dizer; é a categoria mais suscetível de reação pública maciça e rápida. De fato, nesta faixa situa-se a maior parte das protestações por parte das entidades ou autoridades religiosas da América Latina. Nesta faixa, o direito à vida e ao respeito da integridade física é claro e a esta nitidez corresponde uma ocorrência que, provada, pode dificilmente ser justificada.

2) "A seguir, o direito do indivíduo de que as necessidades essen-

ciais, econômicas e sociais — alimentação, educação, moradia, assistência à saúde e trabalho — sejam respeitadas e satisfeitas.” Da proibição da violência arbitrária passamos ao plano da solidariedade positiva e ativa, envolvendo o sistema econômico vigente. A implementação do direito não depende mais aqui de decisões políticas ou judiciárias, mas ainda de padrões econômicos realmente alcançados pela comunidade. Os mecanismos da coação criticada são muito mais difusos, escapam mais facilmente à denúncia **hic et nunc** (quem é responsável? de quê? numa situação inflacionária de carência); a origem do mal situa-se geralmente num passado mais ou menos remoto, delicado ou impossível a discernir com precisão. Os responsáveis passados não têm mais feições, já se tornaram pó nos seus respectivos túmulos; os “responsáveis” vivos estão inconscientes e a rigor sua falta pode ser mais de omissão, falta de visão e lucidez, do que de maldade concertada. A oposição, a luta, exige aqui análises mais aprofundadas, maior reflexão teórica e tática, maior continuidade no tempo... maior paciência na espera de melhorias estruturais.

3) “Existe igualmente o direito do indivíduo de expressar livremente suas opiniões, de se reunir, de praticar sua religião, de participar do processo político e de exercer os outros direitos cívicos e políticos de uma sociedade livre.” Os textos do magistério católico pressionam aqui para distinguirmos a liberdade religiosa dos outros direitos invocados. Ainda no século XX, a insistência

dos textos católicos é constrangedora sobre a liberdade religiosa dos católicos (liberdade de escolha, prática, culto, ensino...). Convém acrescentar que se esta liberdade é hoje reivindicada pela Igreja de forma que cada ser humano siga a religião de sua escolha, durante séculos as autoridades católicas reivindicaram exclusivamente em prol do seguimento da religião católica de obediência romana. Há pouco mais de um século que papas denunciaram como perversão inadmissível a pretensa “liberdade de consciência” de escolher uma religião que não fosse a católica. A “liberdade” restrita à capacidade de completa adesão à autoridade constituída não costuma ser enxergada como verdadeira liberdade pelos povos não prevenidos.

Sem restringir a necessidade de preservar em todo lugar o exercício da liberdade religiosa, os progressos são lentos, mesmo do lado da Igreja romana: sua voz não se eleva hoje, em favor dos batistas, pentecostais e testemunhas de Jeová que são, com os judeus, os crentes mais perseguidos na Grande Rússia, muito mais do que ontem em favor dos judeus massacrados por centenas de milhares na Iugoslávia. Os mártires não pertencem a um lado só. São páginas dolorosas de nossa história católica que nos convidam, seguramente não a calar, mas, por vezes, a maior discrição e modéstia, mesmo no Brasil onde a defesa dos direitos parece mais geral. Em todo país a prática religiosa pode eventualmente entrar em choque com práticas e legislações legítimas (cf. a história dos mormons nos

E.U., dos antoinistas na França, dos testemunhas de Jeová em qualquer lugar...): onde pára o direito de seguir a religião de sua escolha, isto é, onde começa a exigência preponderante do bem comum?

Os outros direitos são **a fortiori**, ao mesmo tempo, fundados e relativos (deixamos de lado os "direitos" cuja discussão exige tratamento próprio como o "direito da mulher sobre o fruto da concepção", o "direito dos homossexuais" ...). É impossível discutir do "direito de greve" ou do "direito de voto" sem envolver o conjunto de um sistema econômico-político. Sem esquecer que a Censura e a Inquisição tiveram origem eclesiástica (o fanatismo mais irredutível sempre foi o sacralizado), cabe reconhecer que o bem comum justifica uma limitação do ou no exercício destes direitos. Por que? Porque todo direito é social, exigindo reconhecimento pela sociedade; interfere assim com o bem comum ora como elemento integrante ora como elemento perturbador. Por discutível que seja seu conteúdo em determinados regimes ou determinadas ideologias, a validade de um conceito de "segurança nacional" é incontestável no seu princípio: eis outro elemento que a luta pelos direitos chamados individuais não pode ignorar. Cabe incontestavelmente ao governo civil regulamentar o exercício da maioria, senão de todos os direitos; deve fazê-lo sem arbitrariedade nem injustiça, e exigir cumprimento das normas. O princípio da liberdade subsiste: tudo que a lei não proíbe está permitido, embora nem sempre convenha. As reivindicações abusivas de "direitos" são

contraproducentes. Os conflitos de "direitos" ocultam conflitos de "interesses" (legítimos ou não). Sem lealdade recíproca, os conflitos sociais são insolúveis. Aí está a justificação do diálogo Igreja-Estado, apesar da autonomia das competências e esferas de ação.

Finalizando este ponto, cabe insistirmos sobre a distinção necessária entre o que pode ser uma simples divergência de avaliação de situação que, por exemplo, permitiria na opinião de um grupo maior expressão democrática do povo nas decisões governamentais, e a negação de um direito líquido e incontestável, sobretudo quando a vida e a integridade física estão em questão. Na prática, encontramos todas as situações intermediárias; isto significa que o juízo sadio nunca é dispensável no campo da militância pelos direitos. Generosidade, coragem e lucidez são igualmente necessárias neste campo.

5. Os religiosos e a luta pelos direitos

Podem os religiosos entrarem na luta pelos direitos? Sim, conquanto não seja sobre a base de ilusões; deveriam até oferecer maior disponibilidade para esse fim, não tendo as obrigações familiares que de fato limitam freqüentemente os leigos nas suas iniciativas. Propomos algumas observações a esse respeito. 1) Enganam-se a si mesmos os religiosos que pregam longínquos (a favor ou contra chilenos, sul-africanos, cubanos, indochineses ...) por exemplo o fim de todo racismo, quando entre-

têm o racismo em casa, nem que fosse em moldes benignos. 2) Ao compromisso com a mesma verdade humana, respeitada dentro das paredes da comunidade, convém juntar uma certa prática externa ultrapassando a expressão de palavras. 3) O carisma coletivo da Ordem, Congregação ou Instituição Religiosa intervém legitimamente para orientar metas, meios, estilos de ação. É impossível combater eficazmente sobre muitas frentes ao mesmo tempo. As exigências táticas exigem escolhas, feitas em função dos gostos, aptidões, recursos, meios disponíveis. Na medida em que as opções descem em terrenos políticos mais concretos e complexos, cresce o risco de ver diversas entidades religiosas militarem em campos opostos; será de todo improcedente esta situação? Reservamos qualquer julgamento a respeito, enquanto cada posição for compatível com o amor cristão. Não acreditamos que a caridade predetermine todos os caminhos da história.

Podem os religiosos ter coletivamente uma política de direitos distinta da Conferência Nacional dos Bispos? Não nos parece, quanto ao território nacional. A luta, se luta há, é a mesma; os meios, porém, são legitimamente diversos. Mais livres no xadrez político-social, mais livres, em princípio, das rês econômicas, os religiosos são talvez capazes de ir mais longe no testemunho profético, mas não tão longe na afirmação cujo peso depende do lastro invisível de poder subjacente às palavras proferidas. Totalmente livre parece a atitude de quem não reconhece nenhuma responsabilidade social: não constitui uma atitude recomendável.

A diferença merece aprofundamento, não sendo evidente para todo o mundo. A eficácia denuncia ou revela o poder, objetivamente e por definição. Engajar-se numa luta qualquer só tem sentido se o combatente deseja eficácia para sua tese; senão a dança folclórica (hipótese não totalmente excluída no campo). Logo a entrada na luta pelos direitos vale, não em termos de sinceridade e evangelismo, mas em termos de transformação histórica, em que pesa o poder dos agentes. Nesta perspectiva realista, inegável é a existência de um poder espiritual ou religioso que exerce pressão sobre as consciências; quem o nega se deixa abusar por inconsciente preocupação apologética, de problemática obsoleta. Ora, aos bispos convém este tipo de poder; por parte dos religiosos, compreendemos as reticências. O poder apela para outro tipo de poder.

Pode um religioso mais "conscientizado" militar por direitos humanos que deixam indiferentes ou, pelo menos, passivos seus superiores? Os carismas individuais nos parecem quase tão respeitáveis quanto os carismas coletivos, conquanto não haja contradição frontal entre ambos os níveis. Não vemos necessidade de centralizar e unificar todos os testemunhos: mais personalizados e espontâneos, não serão mais válidos e convincentes? Nem todos, numa mesma família, têm o mesmo recado para transmitir. É difícil eliminar a priori a hipótese de militâncias opostas de religiosos da mesma congregação. Na nossa opinião, o testemunho público dado a respeito das diferenças (ponto que salientamos in-

cansavelmente como capital em matéria de direitos e de convivência humana) pode ser mais importante do que o testemunho de uma coalizão artificialmente obtida sobre a base da obediência. Em círculos religiosos fechados, as manias do segredo e da unanimidade foram cultivadas até estado doentio.

A observação dos últimos decênios nos apresenta aqui duas situações concretas às quais religiosos bem informados poderiam dar nomes, lugares, datas. Por vezes a Ordem ou Congregação segue uma tática consciente, deixando religiosos militarem dos dois lados de uma alternativa discutida (em ambos os lados, por hipótese, invocam-se direitos e evangelismo). Qualquer que seja o termo histórico do conflito, a entidade estará presente ao lado dos vitoriosos, prontos a inculcar sentido

NOTAS

1. *Time*, 10.10.1977. 2. Vaticano II, *Gaudium et Spes*, nº 16. Declaração *Dignitatis Humanae*, nº 3. 3. "A missão própria que Cristo confiou à sua Igreja por certo não é a de ordem política, econômica ou social. Pois a finalidade que Cristo lhe prefixou é de ordem religiosa. Mas, na verdade, desta mesma missão religiosa decorrem benefícios, luzes e forças que podem auxiliar a organização e o fortalecimento da comunidade humana segundo a lei de Deus", *Gaudium et Spes*, nº 42. 4. "Esta própria ordem divina, longe de suprimir a autonomia justa da criatura e principalmente do homem, antes a restabelece e confirma em sua dignidade" *Gaudium et Spes*, nº 41. 5. Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 10.12.1948. Sobre os direitos culturais, ONU, 1966. "Crescem ao mesmo tempo a consciência e a dignidade exímia da pessoa humana, superior a todas as

cristão à nova ordem (o outro será provisoriamente sacrificado à história, mantido no entanto em possível reserva de martírio, caso o vento mudar). Em outra Ordem, os padres operários assinados em determinado convento de metrópole percebem que na luta social não se encontram do mesmo lado do que seus confrades, conselheiros dos chefes da nação, pregadores eméritos das paróquias de bairro residencial, conferencistas convidados por entidades internacionais, universitários de prestígio, etc. Se a teoria não sofre contestação: "É preciso defender os direitos básicos de todos", as situações nos convidam em geral a defender direitos de pessoas com as quais a nossa identificação é mais estreita. O rumo, então, é seguir a consciência, sem esquecer que existem outras pessoas, também com direitos respeitáveis.

coisas", *Gaudium et Spes*, nº 26. 6. *Idem*, nº 41. 7. Inúmeras declarações latino-americanas em SEDOC, Vozes, Petrópolis. *O São Paulo*, São Paulo. 8. LEPAGNEUR, H., *A Igreja e o reconhecimento dos direitos humanos na história*, São Paulo, Cortez e Moraes, 1977. 9. *Gaudium et Spes*, nº 26. 10. Estes direitos que um J. F. Revel, conservador mas honesto, não nega nem aos terroristas que semeiam fogo e morte pelo mundo afora. Ver *Estado de São Paulo*, 16.10.1977. Isto levanta, todavia, a questão do Bem Comum e da Segurança Nacional; os direitos do indivíduo nunca vão até lhe permitir a destruição sistemática, pelo sangue e pelo fogo, da sociedade suficientemente liberal para o deixar agir. 11. J. F. Kahn tentou mostrar que lógica liberal e lógica democrática eram antagônicas: *Complot contre la démocratie*, Paris, Flammarion, 1977. 12. *Estado de São Paulo*, 30.10.1977, página 121.

ENFERMAGEM E EVANGELHO

“Nenhuma mulher pode sentir-se plenamente mãe de outras criaturas e consagrar-lhes este afeto, se não acha em si um sólido título de maternidade espiritual”.

Ir. Maria Alice Bernard Robbe

Itajubá, MG

Introdução

Desenvolveremos o tema dentro de quatro tópicos, necessários à compreensão do assunto a tratar:

1. Natureza da Enfermagem à luz

do Evangelho e dos ensinamentos da Igreja. 2. Evolução da Enfermagem como processo e “status” profissional. 3. Enfermagem e realidade brasileira. 4. A Escola de Enfermagem no Brasil.

1. Natureza da Enfermagem à luz do Evangelho e dos ensinamentos da Igreja

A História prolonga a paixão de Cristo e a Igreja estende no tempo e no espaço seus gestos de misericórdia. Houve sempre no coração de Cristo um lugar muito largo para os doentes. Lembremos as numerosas curas, a atenção às carências, na multiplicação dos pães: tenho compaixão, se os deixo irem assim, desfalecerão pelo caminho. Foi comovente aquele “não chores”, à mãe

que levava o filho à sepultura, bem como as lágrimas sobre a morte de Lázaro, estendendo-se a compaixão àqueles que tinham ficado na saudade, situação em que se encontram tantas vezes, aqueles que trabalham no setor saúde.

Falando Pio XII às enfermeiras e assistentes sanitárias visitadoras, em alocução de outubro de 1953, diz a sua “profunda compaixão pelo vasto

mundo dos doentes” e refere-se aos “amoráveis encontros do Filho de Deus com a humanidade dolorida. Ele se curvava sobre os míseros, e com que senso de paternidade os acolhia, com quanta dedicação se punha a seu serviço, percorrendo, às vezes, longo caminho para ir até eles”. É nota que a espera do pedido é respeito à pessoa e à liberdade.

Na mesma alocução recomenda: “Deveis reconhecer Jesus no enfermo e vos comportardes como Jesus para com ele, eis o ideal do enfermeiro cristão. Sucederá assim que, junto de todo leito de dor se reconhecerá duas vezes a imagem de Cristo: no doente, o Cristo do Calvário a expiar, resignado; e naquele que o assiste, o Cristo compassivo”. E prossegue: “Se, no campo da profilaxia fordes postos ao lado de berços que já não têm mães, para colaborardes na vasta ação da higiene mental prevista nos modernos programas, evidente é a parte afetiva, além do que de vós se requer em técnicas de observação e comparação. Mas, nenhuma mulher pode sentir-se plenamente mãe de outras criaturas e consagrar-lhes esse afeto que, no dizer dos psicólogos contemporâneos, é tão importante para a sanidade mental como as vitaminas e as proteínas para a saúde física, se não acha em si um sólido título de maternidade espiritual. A fé e a piedade oferecem vasto fundamento a este título de mãe para cada filho de Deus e cada alma remida por Cristo.” Fala ainda dos ideais inspiradores da profissão “coadjuvada e sustentada pela técnica e contínuo progresso, para fazer de cada uma

o modelo da enfermeira: numa atividade profissional que seja meio cotidiano de santificação”.

Citamos Pio XII porque foi o Pontífice que mais atenção deu aos problemas médicos e de saúde. Quantos aspetos da Enfermagem são aflorados e que vamos encontrar na Escritura: a eficiência no cuidado, aquele “algo mais” que se dá a uma criança carente de amor, a reabilitação além da cura, o delicado adivinhar, a atenção global. É Pedro que, nos Atos (3,1-7), ordena em nome de Jesus e o coxo entra no templo, correndo e saltando: não apenas a cura, mas a reabilitação imediata. É Maria que adivinha e, com delicada intuição, sai ao encontro da prima, ficando com ela, ajudando-a, até o nascimento do menino. É o Samaritano que providencia para o seu paciente um cuidado integral: alimentação e abrigo, além do curativo imediato.

O binômio saúde-doença é uma constante na vida do homem, constituindo uma prioridade, visto que daí depende, ou pelo menos é fortemente condicionado, o equilíbrio pessoal. Inserido no cosmo, dependente dele, o homem sofre-lhe influências imperiosas: são os agentes biológicos adversos, as irradiações, a qualidade de água, do ar, da vegetação e do clima, ao lado das carências fundamentais tributárias da necessidade de elementos nutritivos. Há ainda o aspecto do vestuário, da habitação para abrigar-se, para constituir a intimidade, a harmonia e um mínimo de beleza no lar, onde se criam e se preservam os valores maiores. O que se vem dizendo in-

teressa à Enfermagem que é atenção ao homem total.

Os ensinamentos de Pio XII atingem todos os campos de saúde e, se apesar de tantos anos passados, conservam a atualidade, deve-se ao fato de haver ele sentido a transição. Se há na Enfermagem algo que permanece, o elemento nuclear constante, o "ethos" da bondade, algo entrou em processo acelerado de transformação, conforme o que diz aos Delegados à Assembléia Mundial de Saúde, reunidos em Roma, em julho de 1949. "Um ponto despertou especialmente a nossa atenção à leitura de vossos programas de trabalho: o significado, ao mesmo tempo mais amplo e mais profundo que dais à expressão "saúde". A vossos olhos ela não é puramente negativa, como se a saúde em geral consistisse na simples exclusão de doença corporal e de taras físicas, como se a saúde mental, em particular, não exprimisse mais que ausência de toda alienação ou anomalia. Ela comporta positivamente o bem-estar espiritual e social da humanidade e, a esse título, é uma das condições da paz universal e da segurança da comunidade".

Ora, esse conceito novo e completo de saúde, que é o da OMS, e que leva o Pontífice a dizer, em seguida, que a questão da saúde ultrapassa o quadro biológico e da medicina, para tomar lugar próprio na esfera das ciências humanas, esse novo conceito cria para a enfermeira novas dimensões de trabalho, novas tarefas e de mais alta importância, indicando-lhe o campo específico da saúde pública, dando-lhe lu-

gar dentro da cidade, a serviço da comunidade. Com efeito, diz Pio XII, ser honra para a enfermidade o fato de a sociedade esperar de sua classe a realização prática de vastos programas de prevenção e saneamento que os cientistas e os técnicos vêm propondo.

No discurso aos membros da Primeira Conferência Mundial Católica de Saúde, em julho de 1958, notamos:

"O desenvolvimento considerável dos serviços hospitalares, as especializações crescentes das técnicas, a existência de poderosas instituições de assistência social, o apelo dos países subdesenvolvidos, eis aí os fatores que alargaram consideravelmente as antigas perspectivas, exigindo conhecimento profundo das relações humanas, entre os doentes e as suas famílias de um lado, e os responsáveis pela saúde e organizações sociais, de outro".

Ainda, na mesma alocução:

"A complexidade cada vez maior da organização sanitária, resultante da intensificação do progresso, acarreta para cada um a necessidade de melhor definir sua posição no conjunto. Entre os trabalhos preliminares da Comissão Técnica do Congresso das Enfermeiras e Assistentes Sociais, encontramos uma detalhada elaboração da noção de "equipe sanitária", segundo quatro planos: cuidados hospitalares e domiciliares aos doentes; serviços médico-sociais locais e centrais; noção e administração de saúde pública; e, enfim, o ramo especializado na luta contra

certos flagelos, próprios a certos países e regiões. Para cada um desses casos é preciso determinar quais as formas de equipes sanitárias que existem, seus objetivos, seus meios de ação, sua autoridade e composição. Este plano bem delimitado per-

mitirá fixar melhor o lugar que ocupará a enfermeira e as condições que deverá preencher para bem desempenhar sua missão”.

Já se evidencia o que, a seguir, merecerá nossa atenção.

2. Evolução da Enfermagem como processo e “status” profissional

O coração humano é naturalmente cristão, o curso da História evidencia essa tendência. Há uma bondade fundamental no coração do homem, apiedando-se, ajudando o necessitado. Se encontramos a eutanásia na Antiguidade e entre povos primitivos, também é certo que sempre houve medicinas e medicina, médicos e grupos, hoje diríamos equipes, daqueles que dispensavam atenção às necessidades de saúde.

Na Índia aparecem os primeiros enfermeiros, conforme os entendemos hoje, não mais o auxiliar do médico no momento da atenção clínica, ou a mãe seguindo o doente no lar, mas o profissional que, em hospitais se dedicava ao enfermo, proporcionando-lhe até mesmo a distração.

Com o advento do Cristianismo aparecem numerosas figuras dedicadas aos doentes, surgem os hospitais ao lado dos mosteiros e muitas ordens religiosas com essa finalidade específica.

Avançando o progresso, traz como resultante a divisão do trabalho. A Enfermagem vai se diferenciando sempre mais da medicina e adquirindo uma autonomia

própria. Ambas as profissões conservam uma semelhança fundamental, ao lado de muitas diferenças. Já a História nos mostra que nem sempre os períodos de maior desenvolvimento das ciências médicas coincidiram com o progresso da Enfermagem, muito mais condicionada às oscilações do ideal religioso. A decadência da Enfermagem é paralela às fases ou períodos em que diminuiu o espírito religioso, como foi o tempo da Reforma. Razão por que, nos Atos do Concílio de Trento, encontram-se recomendações sobre serviços hospitalares, bem como regras a serem observadas no trato dos doentes, inclusive a assistência espiritual.

O século XIX nos dá Florence Nightingale que, protestante, é um belo exemplo de vida consagrada a um ideal e ideal religioso. Ela, cujo coração vivia embebido no sofrimento da humanidade, deixou um diário, onde se lê: “Deus falou outra vez comigo. Hoje Deus me chamou outra vez e me perguntou se não queria fazer o bem por causa dele. Tratei desta questão com Deus. Hoje, trinta anos, nem amor e nem plano de casamento. Senhor, deixa-me agora pensar apenas em

tua vontade". Não cabe aqui analisar que tipo de entretenimento mantinha com Deus, mas apenas assinalar a sua intimidade com Deus e confirmar o que se disse da ligação entre a Enfermagem e o sopro espiritual que lhe dá suporte e estímulo.

De fato, a Enfermagem é uma profissão diferente. Exige uma responsabilidade de alto nível com a formação correspondente e, ao mesmo tempo, atitudes de humanidade comparáveis aos gestos de Cristo lavando, enxugando, beijando os pés dos discípulos. E por isso, se faz, tão facilmente, instrumento de santificação e de apostolado. Mais uma vez queremos citar Pio XII, falando agora às religiosas, em discurso de abril de 1957: "... se em todos esses vultos soubésseis reconhecer Jesus, em todas as salas, estendido em todos os leitos, imóveis na solenidade misteriosa das salas operatórias, não perceberíeis mais a mudança da capela à sala, nem subsistiria o temor de que a observância religiosa seja prejudicial à assistência e esta nociva àquela. Vós continuaríeis amando-o igualmente, como e onde quer que se esconda" (1).

Ora, se tudo o que até agora se disse é real e objetivo, não se pode ignorar que a Enfermagem evoluiu dentro de um processo sociológico global, secularizante e irreversível que, se nada lhe tirou do núcleo essencial, veio modificar, não só a imagem, mas a própria estrutura da profissão, bem como o "status" profissional daqueles que a exercem.

Grande transformação devemos a Florence Nightingale que, criando

escolas, implantou o seu "sistema" assim caracterizado: a) Fundamentação científica para o ensino sistematizado da Enfermagem. b) Escolha rigorosa das candidatas. c) Direção da escola entregue à enfermeira e não a médico. Como se vê, a autonomia e, não mais, apenas a caridade como instrumento do cuidado. E foram apontados os rumos dentro dos quais evoluiu a profissão e foram criadas as escolas de Enfermagem no Brasil.

São múltiplas, diversificadas e vão se definindo as atribuições da enfermeira. O atendimento compreende o chamado processo de Enfermagem, que se abre em vasto leque de ações, para uma atenção integral: histórico, diagnóstico de enfermagem, plano assistencial, plano de cuidados, avaliação, evolução e prognóstico. O processo se prolonga na auditoria, instrumento de avaliação tomado das ciências administrativas, e que se impõe como necessária para revisão e posterior correção, como um **feedback** de onde surgem novos impulsos, na direção do progresso e, no caso, de melhor atendimento ao homem em suas necessidades básicas de saúde.

Essa auditoria compreende: a) análise e execução das ordens médicas; b) observação de sinais, sintomas e reações; c) supervisão do paciente; d) supervisão de todo o pessoal que participa do cuidado, exceto o médico; e) registros e relatórios; f) análise e execução de procedimentos e técnicas de enfermagem; g) promoção da saúde física e mental pela orientação e ensino (2).

Expomos de maneira sucinta os tópicos principais do processo para, a seguir, melhor situar a Escola de Enfermagem, face à exigência do momento e à sua responsabilidade.

Se compararmos os códigos de ética da Associação Brasileira de Enfermagem e do Conselho Federal de Enfermagem, veremos que houve em vinte anos, de 1956 a 1976, mudança notável. Diz o Código de Deontologia do Conselho Federal de Enfermagem em seu art. 1º: "O enfermeiro presta assistência de enfermagem ao indivíduo, à família e à comunidade, em situações que requerem medidas relacionadas com a promoção, proteção e recuperação da saúde, prevenção de doenças, reabilitação de incapacitados, alívio ao sofrimento e promoção de ambiente terapêutico, levando em consideração os diagnósticos e os planos de tratamento médico e de enfermagem".

Verificaremos que o código reflete os progressos das ciências da profissão, bem como a conceituação de saúde com enfoque especial para a profilaxia. Em comparação com o código de ABEn, o primeiro no país para enfermeiros, vemos que hoje se acentua a prevenção, a promoção, a reabilitação, o ambiente terapêutico e a inserção na família e na comunidade, sabendo que o homem não se plenifica senão dentro de todas essas dimensões: em suma, serviço não apenas ao indivíduo, mas à comunidade.

A profissão alcança maior extensão, maior compreensão das próprias exigências, numa interação global.

Consciente do sentido de suas atividades, procura uma filosofia, conforme se percebe em publicações da classe, revistas, monografias, constituindo verdadeira pesquisa, sob a inspiração de líderes da profissão.

No preâmbulo do Código do Conselho Federal de Enfermagem se diz que os conhecimentos são postos a serviço do homem como indivíduo e como comunidade. "A dinâmica desses conhecimentos se realiza no ensino, na pesquisa e na prestação de serviços, com a finalidade, na área da saúde, de preencher um vazio, aliviar uma dor, acender uma esperança. Essa finalidade é, em suma, o bem. Mas o bem não é apenas a finalidade, é também causa. Na condição de causa é o fundamento das ações humanas, e como finalidade é a motivação que as justifica." Reencontramos aqui o pensamento de Pio XII: o bem duas vezes, naquele que sofre e recebe e naquele que presta o cuidado. O bem é realizado como exigência do paciente, nos cuidados administrados; mas também pulsa na motivação, daquele que cuida. A bondade está no coração e no gesto da enfermeira.

O código se fundamenta explicitamente nos postulados da Declaração dos Direitos do Homem da ONU, reconhecendo que o cuidado não é apenas gratuidade de quem dá, mas corresponde a um direito do assistido, conforme o art. XXV.1: "Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem estar..."

O reconhecimento desse direito acompanha uma evolução histórica: direito do homem, dever do Estado que se dispõe a assumir o serviço, promovendo o bem estar social, considerando a saúde resultante e condição do desenvolvimento.

A criação, por lei, dos Conselhos de Enfermagem corresponde também a essa evolução, e a profissão culmina como "status" e responsabilidade social.

A Enfermagem é, essencialmente, uma arte, um agir que se dirige muito diretamente ao homem. Mas, que é esse homem que se pretende servir? A "res sacra" dos romanos, o ser criado à semelhança de Deus. Defrontamo-nos com a necessidade de uma filosofia que informe todas as práticas da enfermagem e a cosmovisão cristã vem satisfazer plenamente o propósito. Com efeito, que

sentido tem esse "lavar-lhe os pés", curar-lhe as feridas com amor, se não vejo nele uma origem divina e um destino eterno, um outro Cristo? Essa a razão que inspira a pesquisa constante, na busca do progresso, para o atendimento mais perfeito e integral.

Trata-se de um agir que repousa sobre definição filosófica e também sobre base de conhecimentos que abrangem áreas diversas: ciências biológicas e médicas, ciências da educação e da administração, psicologia e ética, além das técnicas, sempre mais aperfeiçoadas, acompanhando uma tecnologia que cria aparelhagem sofisticada e que se faz exigida, face ao direito do paciente, na ânsia de aliviar a dor e prolongar a vida.

Os rumos da profissão no país acompanham, como vemos, os ensinamentos evangélicos.

3. Enfermagem e realidade brasileira

Sabemos o que diz a Igreja, pelos clamores dramáticos de seus pastores, em diversos documentos e oportunidades, especialmente a partir de Medellín, sobre a situação da América Latina: problemas de subdesenvolvimento, injustiça social, miséria na área da saúde. Voltemos os olhos para o Brasil, que agora nos interessa: povo marginalizado, doente, ausência de saneamento básico, péssimas condições de habitação, doenças de massa, moléstias transmissíveis não mais encontradas em países desenvolvidos, além das carências alimentares, sendo por demais

conhecida a questão crucial da mortalidade infantil, da evasão escolar ou repetição dos primeiros anos, tendo por causa a fome. Pesquisa recente realizada pela Secretaria da Educação da Prefeitura de S. Paulo comprovou que o índice de repetentes escolares na primeira série não se deve a erros didáticos, mas à fome: a capacidade de aprender da criança foi deteriorada irreversivelmente pela desnutrição intra-uterina e nos primeiros meses de vida (3).

Esta visão é necessária à conscientização dos trabalhadores da saúde, para uma atuação não apenas

dentro do hospital, mas fora. Para aí se volta hoje a atenção da Igreja, dos sociólogos, dos dirigentes do país. O próprio Governo acaba de criar o PIASS (Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento) que pretende ampla utilização de pessoal de nível auxiliar, recrutado nas próprias comunidades a serem beneficiadas, ênfase ao combate das doenças transmissíveis e encaminhamento de doentes, desenvolvimento de ações de saúde de baixo custo e disseminação de unidade de saúde tipo mini-posto com larga participação da comunidade (4).

Verificamos coincidência entre as indicações da Igreja e de entidades estrangeiras que oferecem auxílio a países em desenvolvimento. Que fazer, de fato, para corrigir em menor tempo os erros de tantos séculos de adormecimento, senão plano criterioso e inteligente, com aproveitamento completo dos poucos recursos?

O PIASS pretende utilizar o baixo custo, por exemplo, o aproveitamento de pessoal mais barato, por formação de outra duração, o que vem a ser atitude nova no país, pois temos a inclinação ao faraônico, ao faustoso e sofisticado, ao dispendioso. Estará na interiorização a solução, ou a prioridade de nossos problemas de saúde?

É oportuno um exame do que ocorre no Brasil com relação ao crescimento populacional, não apenas das cidades, mas das metrópoles que já são nove em nosso país. É diferente o que acontece em outros, por exemplo, a Índia, onde as

populações se concentram nas vilas e pequenas cidades; entre nós, não é a simples urbanização que ocorre, mas a metropolização com enormes concentrações. Basta citar Nova Iguaçu que, há quarenta anos apenas, era um laranjal e hoje abriga um milhão de pessoas, com todos os problemas que pode acarretar uma condensação populacional tão rápida e desordenada. O afluxo das levadas humanas do interior se faz para as periferias, especialmente de S. Paulo, Rio e Belo Horizonte, sobrecarregando infraestruturas já deficientes. Numerosas famílias ali aportam diariamente, trazendo às vezes doenças até então inexistentes; todos conhecem o caso dos escolares que acharam o "barbeiro" na favela da Rocinha, Rio, até então imune. A solução não está à vista.

Poderíamos configurar em nossa realidade cinco situações a exigir a ação da enfermagem: a) o "interland"; b) os pequenos hospitais do interior; c) a periferia das metrópoles; d) o serviço ambulatorial nas grandes cidades; e) os hospitais em cidade de mais de oitenta mil habitantes.

Passamos a uma abordagem rápida de cada uma dessas condições apontadas.

a) O "interland". É certo que nossas zonas rurais padecem de completa ausência de saneamento básico. Estará aí a prioridade para a nossa atenção? Por outro lado, uma condição parece favorecer o trabalho que ali fosse desenvolvido: a maior possibilidade de situar o homem dentro do que chamamos "comunida-

de”; fazendo-se mais viável um plano integrado de saúde e a criação de um embrião de serviços bem formado, para ulterior crescimento. Entretanto, sendo tão grande a pobreza de meios, pode ficar comprometido o êxito, assim como se jogássemos água no mar. Muitas vezes houve boa vontade de começos bem intencionados, mas faltou a continuidade.

Acreditamos no bom resultado de um serviço volante de saúde, estendendo-se a localidades onde seja difícil fixar pessoal. Melhor seria a criação de mini-postos, com o serviço assegurado por pessoal de nível auxiliar, de formação rápida, como vimos, e residência fixa no local e sob supervisão inteligente. Em qualquer dos casos, deve ser garantida a continuidade.

b) Pequenos hospitais do interior. Esses pequenos hospitais, tipo Santa Casa, se encontram em numerosas cidades do interior. Apesar das transformações sociais, ainda é visível a filosofia que lhes dá suporte: a tradição das “Misericórdias”, acudindo a todo necessitado, o amor de uma comunidade por seu hospital. Aí, muitas vezes, a enfermagem é entregue a religiosas que poderiam desenvolver serviços domiciliares, atingindo zonas rurais. Seria necessário um plano e, muito mais, mudança de mentalidades. Sabemos que, faltando serviços mais simples e menos dispendiosos, grandes esforços são feitos, com sacrifício do povo ou mediante subvenções dos poderes públicos, para a aquisição de equipamentos caros. Faltando uma ação preventiva e a educação sanitária, há grande alegria porque se conseguiu

instalar um CTI. Não se critica a tendência ao progresso, mas a omissão com respeito às prioridades.

c) A periferia das metrópoles. Aí se encontram grandes concentrações, aglomerados de favelas na mais completa falta de infra-estrutura sanitária e, tratando-se de cidades, pode estar presente o INPS, com as filas e o mau atendimento. Mesmo em favelas é possível conscientizar uma comunidade, mas é preciso delimitar a área geográfica, fazer um levantamento de recursos e necessidades mais urgentes, criar mentalidade de grupo e de ajuda mútua. Iniciativas nesse sentido são conhecidas, com resultados compensadores e, se as dificuldades são grandes, não podemos ignorar a prioridade, marcada pelo grande número de pessoas, objeto da atenção. Bons começos foram frustrados, o que se explica pela condição dramática do nosso país: a falta de recursos humanos.

d) O serviço ambulatorial nas grandes cidades. As vantagens do serviço de ambulatório derivam do fato de ser mais barato e abranger, também, aspectos preventivos. Entretanto, correções urgentes se impõem: como fazer com as filas? Há um tempo perdido e irrecuperável. Imaginemos somadas todas as horas de cada pessoa ali postada! Há a irritação do paciente e, o pior, a do médico que também se queixa. Sente-se um “papa-fila”, vê pervertida a relação médico-paciente que, por natureza, deve ser amistosa e confiante, e sabe a impossibilidade de um atendimento mínimo em qualidade, pela falta absoluta de tempo.

Perguntamos se não haveria aí lugar para um profissional intermediário entre o paciente e o médico, fazendo triagem, encaminhamento e, especialmente, educação sanitária. O tempo das filas seria valiosamente aproveitado e um maior número de pessoas satisfeitas, pois sabemos que, muitas delas, acima de tudo, carecem de atenção psicológica. Seriam solucionados alguns problemas de uma população que cresce à razão de 2,5% ao ano, com incontável afluência para os grandes centros.

d) Hospitais em cidades de mais de oitenta mil habitantes. O hospital moderno tem muitas funções, inclusive o ensino e a pesquisa; seu objetivo precípuo é a cura, o que não consegue sempre e, hoje, é em hospitais que grande número de pessoas morrem. A confrontação com a morte, o auxílio ao paciente nesse passar, que pode ser uma opção, é ponto alto da missão da enfermeira e bem de perto toca o coração de Cristo. Ora, sabemos que, por razões diversas, a assistência espiritual aos moribundos é precária, e o que é de simples observação tem sido objeto de pesquisa, confirmando: é quase nulo o auxílio prestado em nossos hospitais, ao doente em situação vida-morte (5).

Outros problemas hospitalares desafiam a nossa reflexão, mas este é relevante, pelo seu sentido escatológico.

Muitas situações de nossa realidade são analisadas já que devemos focalizar a problemática da escola de enfermagem. Todas as profissio-

nais não farão todas as coisas. Nenhuma poderia cobrir tantos aspectos de uma profissão que, de fato, pretende abrir-se às necessidades básicas do homem, onde quer que se encontre, no seu direito de cuidados de saúde.

Sabemos que a interiorização dos serviços de saúde, a prevenção e o bem-estar da comunidade constituem prioridade para a Igreja, tão sensível hoje ao sofrimento dos mais pobres e dos marginalizados; é também esse o sentir da **Cor Unum**, das entidades que prestam auxílio a países em desenvolvimento. Resta ainda perguntar se, dentro dessa prioridade, haverá setores mais urgentes na realidade brasileira, onde ação de menor custo e menor sofrimento resultasse mais rápida e mais segura em seus efeitos. Consideremos a seguir.

Assistência materno-infantil até dois anos, período crucial do desenvolvimento?

Alimentação da criança até os cinco anos de idade, protegendo-a contra a debilidade mental?

Erradicação das moléstias transmissíveis, inclusive verminoses?

Execução de uma política de saneamento básico e habitacional, evitando-se a promiscuidade e suas consequências, e promovendo-se o bem estar e a estabilidade da família?

Disseminação de mini-postos pelo interior, nos moldes e com os resultados já considerados?

Desenvolvimento de ações referentes ao problema demográfico? Como apreciar o plano do Ministro da Saúde na distribuição gratuita de pílulas anti-concepcionais na prevenção da gravidez de alto risco para a mãe e a criança?

Este problema merece estudo especial, face à necessidade indiscutível de um equilíbrio e face às mudanças que estão ocorrendo e que passamos a citar. Pela primeira vez, veja-se a "Populorum Progressio" tópico 37, a Igreja reconhece ao Estado o direito de interferir em pla-

nejamento familiar, desde que respeitada a consciência dos pais e observadas as normas objetivas da moralidade. Além da paternidade responsável, também objeto dos ensinamentos do Magistério, é descoberto o método "Billings", ainda pouco conhecido entre nós, mas já praticado em outros países. Estaríamos perdendo um tempo precioso?

Enfim, tornamos a perguntar: dentro de nossas prioridades de prevenção, qual está a clamar por maior urgência?

4. A Escola de Enfermagem no Brasil

Até agora nada foi dito sobre a escola de enfermagem. Mas só é possível apreender-lhe as funções e a responsabilidade após conhecimento realístico da sociedade onde lançará o seu **out-put**, isto é, as profissionais que forma.

Consideremos, de início, que temos no Brasil três níveis de ensino de enfermagem: auxiliar, técnico e superior, aos quais é preciso acrescentar a especialização, o mestrado e o doutoramento. Já temos mestras e doutoras em enfermagem; o que poderia parecer utópico ou presunçoso em um país tão pobre de enfermeiras, é, sem dúvida, o encaminhamento correto do problema. Vimos acima as fases e a importância do processo de enfermagem explicitando, embora em síntese, que nível de formação é exigido para um perfeito desempenho.

Regulamentados os três níveis de ensino, por muito tempo ainda, haverá necessidade do atendente. Imaginemos uma pirâmide em cujo vértice se situa a enfermeira, em seguida a técnica, à razão de dez para uma profissional de nível superior, e a auxiliar, na mesma proporção com referência à técnica; na base, o pessoal atendente, muito precioso, quando bem formado para as tarefas de execução.

No vértice, está o multiplicador de forças, a liderança, o magistério para os três níveis, a pesquisa que alarga e aperfeiçoa o processo, o assessoramento, a possibilidade de literatura profissional, a orientação geral, a filosofia, a ética e o código que a explicita e mantenha, alertando para o perigo da convivência com situações condenáveis. A disciplina de tão vastos setores está entregue

aos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, criados pela Lei 5.905, de 12/7/1973.

Estará a escola de enfermagem no Brasil equipada para a missão que lhe compete, considerando-se especialmente a necessidade gritante da prevenção? Em face de tudo o que temos visto, parece que um grande número de formadas deveriam encaminhar-se para a Saúde Pública, entretanto, o interesse das jovens se dirige de preferência para os hospitais. Em declaração à imprensa, na Semana da Enfermagem de 1977, a Prof^a Elvira de Felice Souza afirmou que 85% de nossas enfermeiras trabalham em hospitais e apenas 15%, em saúde pública. Em que medida cabe à escola a responsabilidade por este fato?

Em primeiro lugar, está ali, à cabeceira do doente, a imagem que corresponde à motivação das candidatas ao ingressarem em uma escola. Além disso, o currículo é imposto pelo Conselho Federal de Educação que dá ao curso a duração de três anos, depois dos quais o aluno recebe o diploma de enfermeiro e competente registro, bem como o direito ao exercício profissional. É o 4º ano, integralizando três mil horas de curso, que oferece as chamadas habilitações por opção, entre as quais, a saúde pública. Ora, grande número dos que deixam o 3º ano, premidos por dificuldades financeiras, entram imediatamente na vida profissional. Cremos poder afirmar, outrossim, que embora haja no país carência de enfermeiras de saúde pública, o mercado de trabalho nessa área ainda não comportaria a

absorção de grande número de profissionais.

Devemos citar a Escola de Enfermagem do Acre, que o Ministério acaba de instalar, em sua política de criação dessas escolas nas universidades federais ainda carentes delas. Essa Escola integrou-se na realidade local, partindo para a formação de técnicas e abrindo-se à extensão universitária em benefício da saúde das populações. Outros exemplos poderiam ser citados de escolas que, mediante trabalho voluntário de professores e alunos, ou estágios supervisionados, têm estendido uma ação sanitária até um raio de 20 km, atingindo as periferias e zonas rurais circunvizinhas. Tais experiências poderiam ser multiplicadas, mas dependem, naturalmente, de recursos que costumam ser escassos, sobretudo em pessoal qualificado.

Há no Brasil sessenta e seis escolas superiores de enfermagem e outras poderão ser criadas pelo MEC, conforme foi dito acima. Do total, apenas quatorze, integrantes ou não de universidade, têm direção ou influência católica. Dessas, quantas estão à altura da urgência presente, capazes de visualizar e assumir as prioridades, os métodos, a perspectiva, o caminho certo? Desde alguns anos, diversas de nossas escolas se fecharam e julgamos que o motivo foi a falta de pessoal docente e administrativo, o que deve ser objeto de reflexão. Apesar dos esforços, a enfermagem ainda é pobre, em comparação com os outros setores de nossa atividade; o próprio número compromete a qualidade, porque não permite liberar forças pensantes.

A enfermeira tem papel de agente de mudança, pela importância de suas funções diretamente envolvidas nos problemas básicos de saúde; mas não poderá sê-lo se a própria escola não lhe proporcionar a formação correspondente.

Embora já estruturada e em emergência, a enfermagem entre nós deve ainda ser considerada adolescente.

A Escola Superior Católica de Enfermagem corresponde a uma exigência do mundo e nossa. Citamos trecho do "Documento de Roma", emanado do Congresso dos Delegados das Universidades Católicas, realizado em Roma, em 20/29 de novembro de 1972: "A Universidade Católica assegurando, de forma efetiva, a presença da verdade da mensagem cristã, no nível do ensino e da pesquisa universitários, presta um serviço específico à Igreja e à humanidade". Mas, como será universidade, se lhe faltar a universalidade do saber e do agir humanos? Donde, na universidade católica deve estar presente a enfermagem como exigência natural (6).

Na fidelidade à sua missão, a Universidade Católica reconhece o dever de inserção e serviço, de contribuição à comunidade e ao desenvolvimento, conforme se lê no documento citado. Há uma importante transformação à vista.

Em discurso pronunciado na XXX Assembléia Mundial da Saúde, em Genebra, a 3 de maio de 1977, assim fala o Dr. Halfdan Mahler, Diretor-Geral da OMS:

"Faz um ano quando, pela última vez me dirigi a esta assembléia, de-

fendi uma revolução social no setor da saúde da comunidade. Induziu-me a isto a convicção de que a política de saúde se há-de determinar em função de objetivos sociais e não, como se faz com grande frequência, baseando-se em uma tecnologia médica aplicada sem ter devidamente em conta sua razão de ser e suas consequências sociais. Felizmente, parece haver cada vez mais pessoas, tanto no setor da saúde como nos setores sociais, políticos e econômicos afins, que admitem a necessidade dessa revolução" (7).

Como se vê, não apenas para nós, mas para o mundo, "uma revolução". E, para a nossa escola, um desafio.

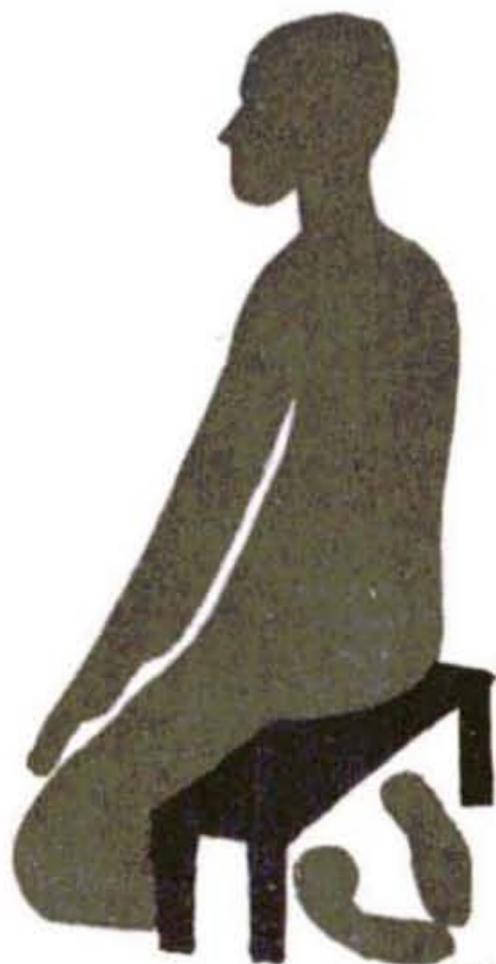
Conclusões

A Enfermagem é profissão muito nobre, apresenta conaturalidade com os valores religiosos e, sofrendo embora evolução secularizante, nada perdeu de sua essência que lança raízes no coração, no amor do homem, ser sagrado.

Na realidade brasileira avultam como prioridade os aspectos preventivos da saúde e o socorro aos marginalizados.

A Enfermagem deve acompanhar os progressos da medicina e da tecnologia e manter presença nos hospitais, onde tão grande número de pessoas vivem hoje os seus últimos dias e onde se ressalta a importância da assistência espiritual ao moribundo.

LITURGIA POPULAR



1

A Liturgia Cristã é um acontecimento no qual Cristo vem ao homem com graças sobrenaturais na medida em que ele se dispõe às mesmas. O homem se dispõe *melhor* quando entende e toma parte. Mas o conjunto dos sinais litúrgicos continua misterioso, enigmático e mágico. Donde ser magra a participação.

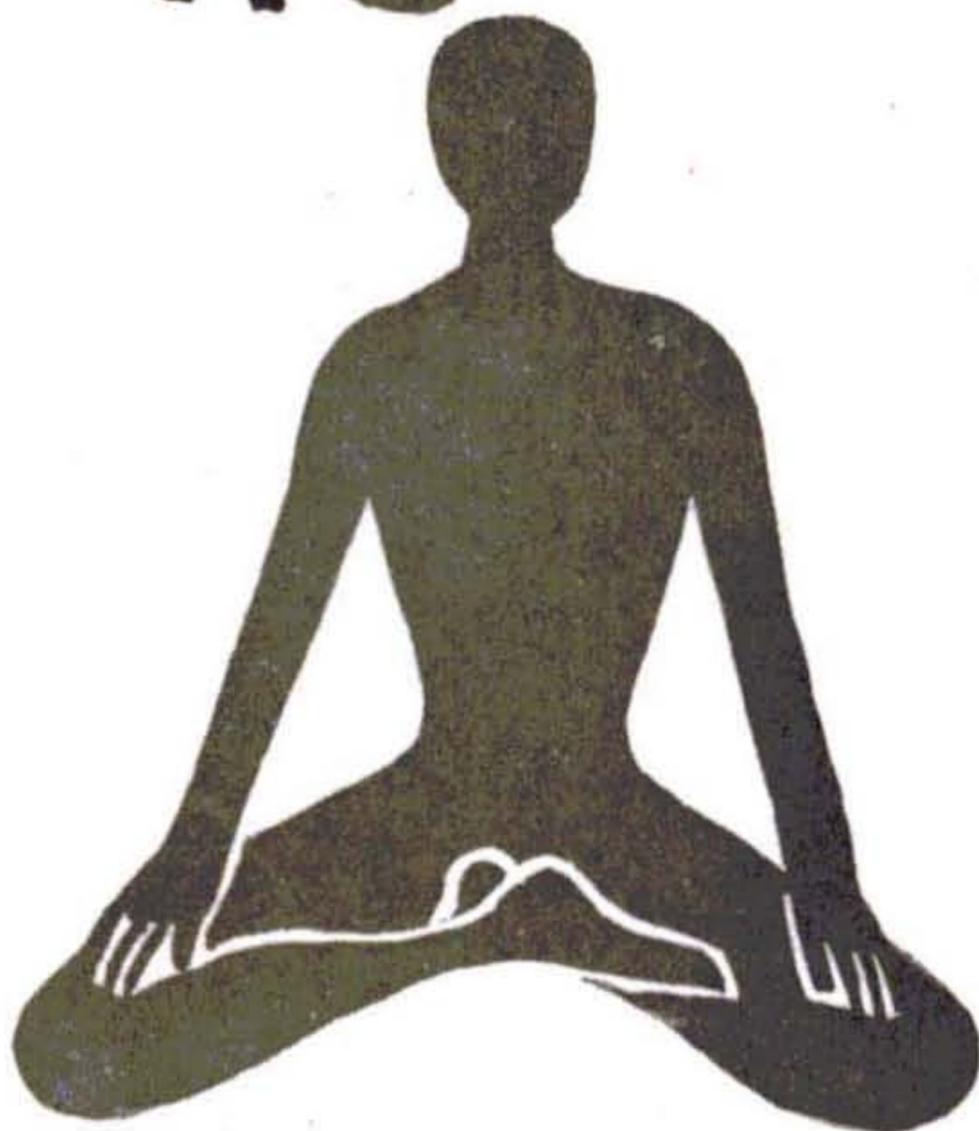
2

Danças, bailados, expressão corporal, movimentos rítmicos do corpo, vibração contagiante transmitem dignidade religiosa. É um ritual cômsona com a sensibilidade e as formas de manifestação étnico-brasileiras.

3

“Davi e toda a casa de Israel DANÇAVAM diante de Javé, com todas as suas forças, cantando ao som das cítaras, harpas, tamborins, sistras e címbalos”, 2 Sam 6, 5.

Página 73:
Em busca de uma
Liturgia Popular



EXPRESSÃO CORPORAL